# AGROANALYSIS

## GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 3 Nº 11 DEZEMBRO DE 1979

BOTAFOGO -8.1.80 RIO
BRASIL Cr$ 2.00
M.67741
14 JAN 1980
FGV - EBAP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10 ANDAR
SAO PAULO SP
F005
IMPRESSOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

PERIODICOS

## GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

**COORDENADOR** Tito Bruno Bandeira Ryff

## QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

| | |
|---|---|
| **Pecuária Bovina** | Antônio Roberto Marques Gonçalves |
| **Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras** | Bruno Marcus Rangel Pessanha |
| **Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar** | Francisco Antônio da Fonseca Menezes |
| **Agroindústria; Algodão** | Inês Teresa Lyra |
| **Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão** | Irene Freire Raguenet |
| **Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro** | Ivan Wedekin |
| **Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais** | Leila Tendrih de Freitas Almeida |
| **Editoração** | Lúcia Maria Murat Vasconsellos |
| **Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café** | Régis Norberto da Cunha Alimandro |
| **Cacau; Fruticultura; Horticultura** | Rui Melo de Carvalho |

## QUADRO DE APOIO

| | |
|---|---|
| **Composição; Montagem; Arte Final** | Emerson da Silva Martins |
| **Mensageiro** | José de Oliveira Melo Júnior |
| **Secretárias** | Maria Berni Medina de Abreu |
| | Brunhilde Dora Gabsch |
| **Serviços de Documentação** | Maria Eunice Rocha |
| **Estagiários** | Lauro Flávio de Faria |
| | Rogério Carneiro Campello |
| | Andréa Delmonte |
| | Iracema Bouza Pessôa |
| | Frederico A. N. B. Neto |
| | Márcia Mury Alves |
| | José Frederio Valladão Koplin |



**Agroanalysis. v. I – , n. 1 –; 1977 –**
**Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola**
**v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)**

**1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola**

**CDU 631 (05)**



Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

Trigo. . . . . 3

Comentários

Algodão. . . . . 19

Café . . . . . 22

Feijão . . . . . 23

Milho . . . . . 26

Soja . . . . . 27

Panorama Agropecuário

Mercado Externo. . . . . 30

Mercado Interno . . . . . 32

Preços Relativos . . . . . 34

# NOTA DA EDIÇÃO

Pela sua abrangência e complexidade, o conjunto de medidas econômicas anunciadas pelo Presidente da República, na 6ª feira, 7/12/1979, merece exame demorado. No entanto, as características da atividade do Grupo de Informação Agrícola, de acompanhamento da atualidade agropecuária e de tentativa de prognose, exigem, desde já, que se procure antecipar algumas das conseqüências e possíveis desdobramentos daquelas medidas com relação ao setor agrícola.

Do conjunto de iniciativas adotadas, sobressaem duas providências principais: a correção da taxa cambial e a redução gradativa do montante de subsídio embutido em diversas linhas de financiamento, com destaque para o crédito rural e a exportação de manufaturados.

Para o setor agrícola, os efeitos da maxi-desvalorização de 30% vão depender de alguns desdobramentos da ação governamental. Pelo menos de imediato, o governo não parece interessado em alterar a rentabilidade do segmento agrícola exportador, pois a instituição de um imposto de exportação, no valor de 30%, para os produtos agrícolas, anula o possível efeito favorável da desvalorização. Essa medida é sobretudo acautelatória, destinada a impedir que os importadores tirem partido da maxi-desvalorização para deprimir os preços dos produtos brasileiros de exportação no mercado internacional. Espera-se, contudo, que o imposto seja reduzido aos poucos, de forma a elevar gradativamente a remuneração da atividade agrícola de exportação, como de resto já vinha ocorrendo (e continuará a ser feito) graças às mini-desvalorizações mais acentuadas e separadas por menores intervalos de tempo.

Quando isto acontecer, serão necessárias providências no sentido de resguardar as culturas de abastecimento interno da expansão inadequada das áreas destinadas às lavouras de exportação. A esse respeito, cabe lembrar a sugestão apresentada em Agroanalysis, vol. 3, nº 6, página 10: ". . . a política de aceleração das desvalorizações cambiais pode ser aproveitada para liberar recursos em benefício das culturas de abastecimento interno. De um lado a receita orçamentária do governo federal crescerá significativamente com a retirada gradativa dos subsídios à exportação de manufaturados; de outro, o segmento agrícola exportador receberá um maior volume de cruzeiros pelos dólares obtidos no exterior. Na medida em que as desvalorizações aceleradas forem aumentando a receita em cruzeiros dos agricultores dedicados às lavouras de exportação, será possível transferir parte do crédito subsidiado de que eles se beneficiam para a produção de alimentos."

Ou seja, a nova política cambial, se bem explorada, pode resultar em benefícios para os produtores

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

que se dedicam às lavouras predominantemente de abastecimento interno. É interessante ressaltar, a propósito, que a redução do subsídio implícito nas taxas de juros extremamente baixas dos financiamentos de custeio onera sobretudo as lavouras em que, até aqui, se concentrava o crédito subsidiado. E essas lavouras, na maioria dos casos, se destinam basicamente à exportação. Em contrapartida, cultivos como o do feijão e da mandioca, para os quais o volume de crédito subsidiado representa um percentual insignificante do valor total da produção, pouco serão afetados pela redução do subsídio.

De qualquer forma, essas alterações só vigorarão a partir da safra 1980/81. Até lá, é provável que algumas medidas complementares sejam adotadas no sentido de compensar os agricultores pela elevação do risco financeiro decorrente de taxas reais de juros mais altas. Haverá necessidade, por exemplo, de um seguro agrícola que cubra um maior percentual dos custos de produção e de preços mínimos que levem em conta o ônus financeiro adicional do agricultor.

Mas não só as despesas financeiras dos agricultores serão afetadas pelas medidas governamentais. O custo de utilização de fertilizantes deverá aumentar, em função do encarecimento das matérias-primas importadas e da elevação da taxa de juros para aquisição de insumos modernos. Isso refletirá nos custos de produção das culturas que necessitam de um maior emprego de fertilizantes, a saber: trigo, soja, cana, café, algodão e arroz irrigado.

Em resumo, a maxi-desvalorização e a redução dos subsídios representam iniciativas positivas no sentido de corrigir as graves distorções que caracterizaram a economia brasileira nos últimos anos. O crédito subsidiado, sobretudo, concentrado em número reduzido de culturas e beneficiando uma parcela pequena dos agricultores, contribuiu fortemente para acelerar as desigualdades no meio rural brasileiro. Não obstante, as correções que foram efetivadas suscitam novos problemas e exigem medidas complementares destinadas a garantir uma remuneração adequada aos agricultores e a estimular as culturas de abastecimento interno. Só assim será possível carrear para o setor agrícola os recursos de que tanto necessita e reverter a tendência, registrada nos últimos anos, à estagnação das culturas alimentícias.

O comentário sobre café (pág. 21) já estava pronto quando as modificações na estratégia comercial do IBC e as novas medidas do governo vieram alterar fundamentalmente as possibilidades de venda do produto brasileiro no mercado internacional. O comentário apresentado neste número sugere algumas providências no sentido de dinamizar a exportação de café, até então paralisada. O retorno à prática dos descontos sequer chegou a ser cogitado, em função das reiteradas declarações da atual administração do IBC contra este tipo de política. Tudo indica, no entanto, que foi essa a solução adotada. Pouco importa: o fundamental é que o Brasil voltou a vender café em quantidades compatíveis com o seu potencial produtivo e a se beneficiar de divisas que lhe são absolutamente indispensáveis. A exportação de café deverá ser estimulada, também, pela desvalorização cambial de 30%, pois, para este produto, o imposto de exportação será apenas de 20%. É possível, assim, que o Brasil consiga exportar as 15 de sacas que constituem meta do IBC para 1980.

# TRIGO

*INSTITUÍDO EM 1974, O PLANO DE AUTO-SUFICIÊNCIA EM TRIGO ALCANÇOU SEU ANO-LIMITE REGISTRANDO ÊXITO APENAS QUANTO À ÁREA PLANTADA ESPERADA. AINDA ASSIM, ESTE SUCESSO PODERÁ TER SIDO OBTIDO ATRAVÉS DE FATORES APENAS INDIRETAMENTE LIGADOS AO PLANO. QUANDO SE DISCUTE A REDUÇÃO DOS ONEROSOS SUBSÍDIOS MANTIDOS PELO GOVERNO FEDERAL, DESTACA-SE O CASO DO TRIGO. AS ORIGENS E AS INFLUÊNCIAS DO TRATAMENTO PRIVILEGIADO DADO AO TRIGO, SOBRE OS MERCADOS DE OUTROS PRODUTOS E A PRÓPRIA ESSÊNCIA DE UMA ECONOMIA SUBSIDIADA, COMO A BRASILEIRA, SÃO IMPORTANTES ASPECTOS DESTE TRABALHO.*

A quebra de 33% da safra brasileira de trigo deste ano, e as elevadas cotações do cereal atualmente praticadas no mercado internacional, recolocam a questão da busca da auto-suficiência em trigo no Brasil. Esta questão é, agora, ainda mais grave do que em 1974, quando foi instituído o plano de auto-suficiência. Isto porque o consumo brasileiro do cereal atingirá, em 1979, 6,6 milhões de t e vem crescendo a aproximadamente 8,5% nos últimos anos. O país gastará US$ 721 milhões com a importação de trigo e o subsídio ao consumo custará aos cofres públicos aproximadamente Cr$ 19 bilhões (*).

Este trabalho procura discutir estas questões. A primeira parte é dedicada a uma avaliação dos resultados do plano de auto-suficiência e apresenta algumas sugestões para racionalizar os gastos com a produção tritícola, no Brasil. A segunda, centra-se na discussão sobre o subsídio ao consumo de trigo.

(*) Para a fórmula de cálculo utilizada para estimar o subsídio, consultar "Agroanalysis" vol. 3, nº 7/8.

A criação, em 1974, de um Plano de Auto-Suficiência em trigo não representou fato inédito na história da triticultura brasileira. Em diversos períodos, a cultura recebeu apoio institucional, cujo pano de fundo era o reconhecimento da importância estratégica do cereal e, por isso mesmo, da necessidade de reduzir ou, até mesmo, de eliminar sua importação.

O último desses estímulos "cíclicos" foi detonado, em 1973, pela quebra das safras de grãos da URSS e de diversos países da Ásia. Naquele ano, as cotações das ***commodities,*** em Chicago, dispararam e o temor pela escassez de alimentos chegou a ressuscitar velhas concepções malthusianas, a respeito da fome que parecia avizinhar-se.

O aumento do dispêndio de divisas, aliado à crença de que países importadores de alimentos se tornam por demais vulneráveis, foram fatores determinantes para o surgimento de uma certa disposição de produzir, internamente, todo o trigo aqui consumido. O plano de auto-suficiência preconizava a expansão da área cultivada de 1,8 milhão de ha em 1973 para 4 milhões em 1979 e um aumento de produção

de 170% entre esses dois anos. Previa ainda um aumento na produtividade, a qual deveria ter alcançado o patamar de 1.375 kg/ha ao final de sua vigência (1979), enquanto que a média nacional se situava, na época de sua criação, em torno de 900 kg/ha.

A frustração desses objetivos se torna evidente ao final de seu ano-limite. Apenas a área projetada logrou ser atingida. Já a produção foi 51% inferior àquela projetada inicialmente e a produtividade média a ser alcançada pela cultura no país foi obtida unicamente em regiões isoladas.

Este relativo fracasso decorreu de uma série de fatores. Dentre eles, o caráter irrealista dos objetivos fixados, tendo em vista os instrumentos de incentivo que se pretendia acionar e os recursos tecnológicos (não avaliados corretamente) disponíveis no ponto de partida. Isto porque as conhecidas dificuldades de adaptabilidade do trigo às condições de solo e clima brasileiros, por si só, inviabilizavam o objetivo de aumentar a produção doméstica em aproximadamente 170%, em apenas cinco anos. Por sua vez, a inconstância com que foram concedidos estímulos através dos instrumentos de política econômica indica, mesmo, que a determinação de atingir os objetivos não era tão grande. Na verdade, a partir de 1976, como se verá adiante, as metas preconizadas passam a ser buscadas com ímpeto refreado.

Tendo em vista o curto espaço de tempo em que a auto-suficiência deveria ser atingida, pode-se concluir que se esperava conseguir o aumento da produtividade média nacional para o patamar de 1.375 kg/ha, apenas através de incentivos a uma utilização mais racional dos fatores de produção e de um aumento na utilização dos chamados insumos modernos. Isto porque a contribuição dos progressos eventualmente obtidos através da pesquisa agrícola, só poderia ser vista como marginal, em razão mesmo do curto prazo de vigência do plano.

Para se promover o aumento da área de plantio, teriam de ser carreados recursos aos agricultores através do crédito rural e da fixação de preços de aquisição remuneradores. Esperava-se que tais instrumentos se mostrassem capazes de promover a auto-suficiência de trigo no Brasil.

O estímulo à expansão da área via preço, no caso do trigo, pode ter, em tese, resultados melhores do que em outras culturas. Isso porque toda a produção com peso hectolítrico acima de 65 é adquirida pelo Banco do Brasil, eliminando-se, assim, qualquer risco de redução da rentabilidade, decorrente de eventual abundância. Comparada à proteção oferecida pela política de preços mínimos, a sistemática adotada para o trigo representa garantia bem mais efetiva para o produtor. Toda a produção de trigo é, obrigatoriamente, encaminhada ao Banco do Brasil e, portanto, não existe a hipótese do produto, por qualquer circunstância, vir a ser comercializado a preços inferiores ao mínimo oficial. Se, adicionalmente, o trigo desfrutasse de um seguro agrícola eficiente contra quebras de safra, o risco privado da atividade seria praticamente nulo.

Este, no entanto, não é o caso. Como se sabe, o Proagro é mais um seguro de crédito do que de produção, uma vez que cobre tão somente a dívida do produtor junto à rede bancária. Até recentemente, apenas uma parcela desta dívida era segurada. É evidente que em caso de quebra de safra, os prejuízos do produtor vão muito além do montante de sua dívida.

Cabe ressaltar, em contrapartida, que um seguro de produção de trigo teria custos bastante elevados, dada a vulnerabilidade dessa gramínea às incertezas do clima nas regiões produtoras.

No período 1974/76, os preços de aquisição estabelecidos pelas autoridades (ver Quadro 1) estiveram bem próximos aos custos de produção calculados pela Fecotrigo. A partir de 1977, no entanto, observa-se um aumento, desfavorável ao produtor, da distância entre aqueles valores. Tomando-se como parâmetro aquelas estimativas de custo, o estímulo via preço, a partir de então, foi-se reduzindo. Comportamento diverso é observado, considerando-se os preços reais recebidos pelo triticultor (Col. 3). Em 1974, ano em que se instituiu oficialmente o Plano de Auto-Suficiência, o preço recebeu forte incremento. A partir de então, os aumentos nominais não são mais suficientes para cobrir a desvalorização monetária, exceto

em 1977, quando o aumento estabelecido, apesar de superar a inflação, é ainda insuficiente para reconduzir o preço real ao nível de 1974. Nos dois períodos seguintes (1978/79) aqueles preços voltam a se reduzir. Os dados apresentados no Quadro 1 parecem indicar que, apenas em alguns momentos, o preço de aquisição do trigo foi utilizado mais decididamente como instrumento de estímulo à expansão da área.

À primeira vista, a inconstância com que foram concedidos preços mais elevados pode ser encarada como sinal de que a auto-suficiência era buscada com ímpeto variável. No entanto, diversos foram os fatores, alguns sequer previstos no Plano, que resultaram em estímulos ao plantio do cereal. Por exemplo, o plantio em sucessão com a soja, em muito contribuiu para o aumento verificado na área de trigo. Nos dois últimos anos, em razão das quebras nas safras de soja,

**Quadro 1**

*Rio Grande do Sul – Custos de Produção, Preços Institucionais do Trigo – 1972-79*

| | Custos de Produção Cr$/sc 60 kg (A) | Preços Institucionais[1] Valor Nominal Cr$/sc 60 kg (B) | Valor Real[2] Cr$/sc 60 kg (C) | B/A |
|---|---|---|---|---|
| 1972 | 40,80 | 36,00 | 343,11 | 0,88 |
| 1973 | 49,87 | 45,00 | 372,46 | 0,90 |
| 1974 | 87,64 | 84,00 | 548,87 | 0,96 |
| 1975 | 101,33 | 100,20 | 504,60 | 0,99 |
| 1976 | 132,67 | 127,80 | 455,67 | 0,96 |
| 1977 | 223,66 | 190,20 | 475,12 | 0,85 |
| 1978 | 295,00 | 249,00 | 448,55 | 0,84 |
| 1979 | 387,68 | 324,00 | 401,56* | 0,83 |

Fonte: Banco do Brasil S.A., FECOTRIGO.
(1) Válido para todo o país.
(2) Valores corrigidos pelo deflator Col. 2 FGV – outubro 1979.
* Valor corrigido com base no índice médio do período jan-out.

muitos produtores optaram por aumentar a área de trigo como forma de obter capital de giro durante os meses de inverno. Assim, é possível que, em determinados períodos, a utilização dos instrumentos clássicos de estímulo (preço e crédito) se mostrasse dispensável. Estes fatos remetem-nos à necessidade de investigar se, em alguns momentos, a auto-suficiência foi relegada a segundo plano, ou se houve, apenas, troca nos mecanismos de estímulo utilizados. É preciso, ainda, especular a respeito do custo social da utilização de cada um desses instrumentos.

O Plano previa a concessão de recursos creditícios subsidiados, como forma de induzir ao rápido crescimento da área de plantio. Aliás, o crédito rural subsidiado assumiu, desde 1969, papel importante dentro do conjunto de instrumentos de política econômica que o governo vem utilizando para incentivar o aumento da produção agropecuária brasileira. São conhecidas, no entanto, as limitações inerentes a este instrumento de apoio institucional, bem como diversas críticas quanto à forma com que vem sendo empregado no país. É fato que os recursos destinados ao crédito rural cresceram muitas vezes mais do que a expansão da área plantada. Esta constatação de modo algum autoriza concluir que o crédito subsidiado, assim como os demais instrumentos de incentivo utilizados, constitua instrumento imprestável à promoção do crescimento da produção agrícola. Provavelmente, grande parte do relativo insucesso da política de crédito rural se deve a fatores relativos a sua sistemática de funcionamento. Dentre eles, merecem destaque aqueles que derivam da estrutura fundiária brasileira. Isto porque ainda não foi possível, após algumas reformas na legislação, facilitar o acesso dos pequenos proprietários e posseiros aos recursos creditícios, permanecendo demasiadamente concentrada a distribuição desses recursos.

No caso do trigo, os fatores apontados acima como inibidores da resposta da agropecuária aos estímulos creditícios, não se verificam, pois a cultura se localiza em estados da federação nos quais a agricultura é mais desenvolvida. Por isso, os produtores, na sua maioria, possuem grau de capitalização elevado, utilizam largamente maquinário e insumos modernos e estão organizados sob a forma de cooperativas, possuindo, portanto, maior facilidade de informação e reunindo muitas das pré-condições de acesso ao crédito.

Mesmo assim, os resultados da utilização do crédito como indutor de aumentos de área, no caso do trigo, não lograriam resultados totalmente satisfatórios. A meta de área plantada, estabelecida no Plano de Auto-Suficiência, foi obtida no último ano de vigência. Por outro lado, as oscilações de área, verificadas nos anos anteriores, diante de recursos creditícios quase sempre crescentes, em termos reais, indica que outros fatores que não a disponibilidade de crédito, foram responsáveis pelo aumento verificado. Possivelmente, as últimas quebras na safra de soja sejam um deles.

O gráfico 1 apresenta as oscilações reais do crédito de custeio de trigo e a área plantada do cereal, para o período 1969/78. Como pode ser observado, os aumentos vertiginosos do volume de crédito foram acompanhados pelo crescimento da área, em mesma direção mas em proporção muito menor.

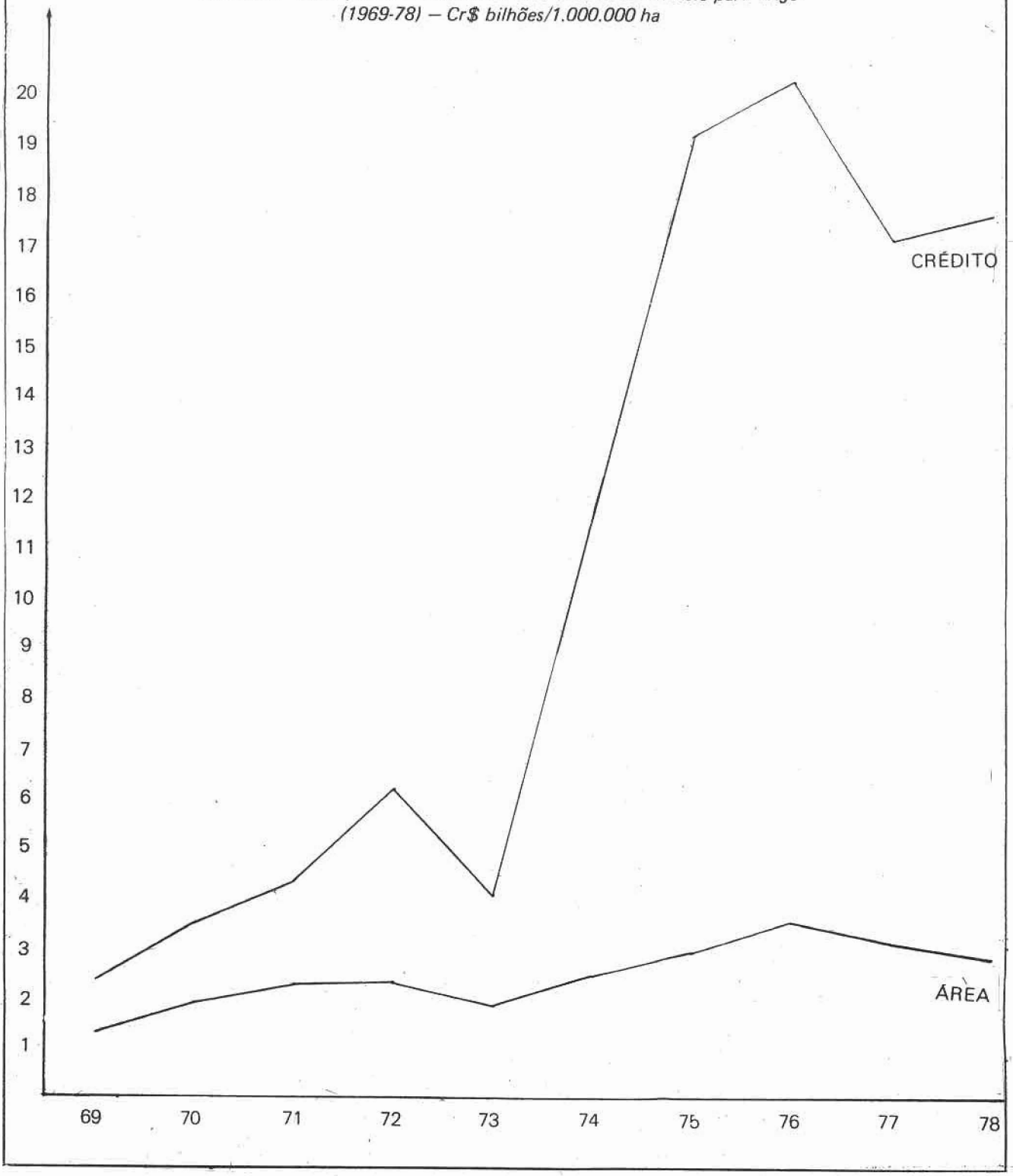
A eficiência da utilização do crédito como indutor do aumento da área de plantio pode ser indicada, embora de forma limitada, pelo comportamento, ao longo do tempo, da relação entre o volume de crédito destinado a uma cultura e sua área plantada. Uma das deficiências desta relação, decorre do fato de um aumento poder indicar, ao invés de uma queda da "eficiência do crédito", uma melhor distribuição entre os produtores, dos recursos creditícios. Em relação ao trigo, esta hipótese é improvável, pois o acesso ao crédito, como já foi dito, é razoavelmente homogêneo. No entanto, subsistem outras limitações.

Supondo-se duas culturas para as quais a relação expansão da área financiada *x* expansão da área plantada seja igual, a "eficiência do crédito" será maior para aquela cultura que obtiver a menor relação marginal crédito/área. No entanto, é difícil estabelecer "a priori" limites aceitáveis para esta última relação (*).

(*) Normalmente, deveria ficar abaixo da unidade em lavouras marginais (pouco emprego de insumos e de crédito). Igualmente, se se generaliza o crédito subsidiado, amplia-se o fosso entre oferta e demanda de financiamento e se institui, oficiosamente, um sistema de quotas entre lavouras.

Gráfico 1

*BRASIL — Evolução da Área Colhida e do Crédito de Custeio para Trigo (1969-78) — Cr$ bilhões/1.000.000 ha*



Vale ainda ressaltar que o fato da relação atingir níveis muito elevados para determinada cultura, não significa, necessariamente, que os recursos creditícios estejam sendo mal aplicados. Isto porque a sociedade pode valorizar a produção de um bem a ponto de justificar a aplicação de recursos elevados na atividade.

Foram calculadas, para o período 1969/77, as razões entre o crédito de custeio e a área plantada para o trigo, arroz, milho, soja e feijão. Os resultados, listados no Quadro 2, apresentam comportamento semelhante para todas as culturas, exceto trigo e soja. No período 1969/72, a relação mantem-se relativamente estável para, a partir de 1973, elevar-se substancial e continuamente.

No caso do trigo, por sua vez, ela apresenta aumentos durante todo o período (exceto 1973), e declina a partir de 1975, mantendo-se, no entanto, num patamar bastante superior ao das demais culturas. A razão mais do que

**Quadro 2**

*BRASIL — Relação entre crédito de custeio e área colhida de arroz, feijão, milho, trigo e soja — 1969-78*

| | Arroz Cr$/ha | Feijão Cr$/ha | Milho Cr$/ha | Trigo Cr$/ha | Soja Cr$/ha |
|---|---|---|---|---|---|
| 1969 | 1.698 | 226 | 583 | 1.661 | 1.529 |
| 1970 | 1.370 | 292 | 663 | 1.858 | 1.585 |
| 1971 | 1.263 | 230 | 544 | 1.919 | 2.366 |
| 1972 | 1.634 | 233 | 543 | 2.671 | 2.858 |
| 1973 | 2.273 | 630 | 1.060 | 2.237 | 3.734 |
| 1974 | 3.772 | 535 | 1.167 | 4.742 | 3.975 |
| 1975 | 5.103 | 523 | 1.527 | 6.546 | 4.605 |
| 1976 | 4.655 | 770 | 1.524 | 5.715 | 5.011 |
| 1977 | 4.304 | 1.205 | 1.105 | 5.430 | 4.608 |
| 1978 | 3.789 | 1.040 | 1.248 | 6.257 | 4.186 |

Fonte dos Dados Brutos: Crédito Rural — Dados Estatísticos do BACEN, Anuário Estatístico da FIBGE.

duplica de 1973 para 1974 e, em 1975, é 38% superior à do ano anterior.

À primeira vista, poder-se-ia encontrar uma explicação para este crescimento no fato de o trigo ter sido especialmente contemplado com recursos creditícios, em função do objetivo governamental explícito de auto-suficiência. Isto indicaria que recursos crescentes por unidade de área estavam sendo destinados à cultura como forma intencional de elevar a rentabilidade da atividade. O comportamento do preço real de aquisição, acima descrito, desaconselha esta interpretação, a menos que se admita uma troca na utilização desses instrumentos de incentivo. É duvidoso, pelas razões apresentadas anteriormente, que a substituição do estabelecimento de preços de garantia estimulantes para o trigo pelo crédito subsidiado, possa ser benéfica, em termos de estímulo à produção.

É interessante analisar ainda o comportamento da relação entre o crédito de custeio e a área colhida da soja. Isto porque esta cultura e a do trigo guardam entre si semelhanças importantes em termos de acesso ao crédito rural (a grande maioria dos produtores de trigo é também sojicultor) e, por outro lado, as duas atividades vêm tendo remunerações bastante distintas. Assim, era de se esperar que a relação, para o caso da soja, se situasse em nível reduzido, e apresentasse aumentos anuais diminutos. A relação apresenta, na verdade, incrementos mais moderados do que os do trigo*. No período 1969/78, a área da soja aumentou de 907 mil ha para 7,78 milhões de ha, ou seja, aumentou mais do que 7,5 vezes. Por sua vez, os recursos reais do crédito de custeio cresceram 23 vezes.

Embora a eficiência do crédito alocado à soja, medida pelas relações do Quadro 2, apresente desempenho inequivocamente melhor do que o do trigo, não pode ainda ser classificada como satisfatória. Isto porque devem ser considerados os diversos outros fatores de estímulo à expansão da área da soja que se verificaram no período. A sojicultura obteve, durante os anos 70, uma perspectiva de atrativa remuneração, em decorrência das elevadas cotações do mercado internacional. Logrou também obter, como forma de incentivar a exportação de seus derivados, uma série de favores fiscais, como reduções de alíquotas de ICM, reduções no IR das empresas exportadoras etc. O crédito, portanto, atuou apenas como mais um instrumento de incentivo a uma atividade que, pela situação de mercado de que desfrutava, talvez não carecesse de tanto apoio. Ainda assim, a média dos recursos creditícios por unidade de área da soja aumentou em 16%, considerando a média dos períodos 1969/71 e 1975/77.

O terceiro instrumento de estímulo institucional à triticultura tem sido a pesquisa agrícola e o incentivo a uma utilização maior de insumos modernos. O empreendimento de estudos nesta área, na verdade, estava inserido numa preocupação mais generalizada das autoridades governamentais com a área de ciência e tecnologia. Esta preocupação ficou explicitada a partir de 1968, em função do crescimento acelerado dos desembolsos em dólares em que o país vinha incorrendo anualmente, com o pagamento de transferência de tecnologia.

Antes da criação da Embrapa, em 1973, as pesquisas de variedades de trigo, apesar de eventualmente obterem algum sucesso (Frontana, por exemplo), eram dispersas e desarticuladas entre si. Com a inauguração do CNPTrigo, em 1974, inaugurou-se, também, uma nova fase da pesquisa tritícola no país. A partir de então, o setor passou a contar com uma dotação de recursos oficiais suficiente para permitir o desenvolvimento de um trabalho continuado e sério, em busca de variedades mais resistentes ao nosso clima. Com este mesmo objetivo, funcionam entidades privadas, mantidas com recursos próprios e com verbas destinadas pelo Detrig, originárias de desconto no preço pago ao triticultor.

Os resultados deste esforço estão ainda muito aquém do necessário o que, no entanto, não deve ser encarado como sinal de fracasso. Isto porque o desenvolvimento de variedades é um trabalho que só dá frutos a longo prazo, pois uma variedade nova leva até doze anos para ser desenvolvida. Por isso, a meta de auto-suficiên-

* Exceto nos anos 1971/73, quando o montante médio de recursos creditícios por unidade de área da soja supera aquele verificado na triticultura

cia em cinco anos, dificilmente se poderia beneficiar de avanços da pesquisa fitogenética.

O plano de auto-suficiência projetara o crescimento da produtividade da lavoura, no período 1973/79, a uma taxa média anual de 3,8%, o que só poderia ter sido alcançado se, àquela altura, estas pesquisas estivessem sendo desenvolvidas há algum tempo e de forma continuada no país.

No entanto, a cultura deparou-se, nos últimos anos, com os mesmos problemas de adaptabilidade que sempre enfrentou no Brasil. Estes problemas decorrem basicamente, como é sabido, do fato de o trigo, assim como os demais cereais de inverno, serem espécies adaptadas ao clima temperado. As condições meteorológicas da Região Sul do Brasil, onde a gramínea tradicionalmente é cultivada, não se apresentam dentro de uma faixa de variações climáticas previsíveis. Veranicos, geadas, calor úmido e chuvas fortes podem ocorrer durante praticamente todo o período de safra. Por esta razão, as variedades até agora obtidas não possuem qualificações necessárias para evitar, ou mesmo diminuir, os prejuízos decorrentes daqueles fenômenos. Por isso, a cada quebra de safra, é ressuscitada a discussão a respeito da viabilidade de se produzir trigo no país.

Na verdade, é necessária a conscientização de que os problemas crônicos de produtividade e resistência, que afligem a triticultura no Brasil, só serão resolvidos com intenso trabalho de pesquisa, que produzirá resultados apenas a longo prazo.

A questão que se coloca hoje, portanto, é como orientar a produção do cereal da forma mais racional possível, de maneira a reduzir o risco de, a cada safra, recursos públicos serem acionados para a cobertura de perdas decorrentes de problemas climáticos. Evidentemente, devem ser descartadas soluções imediatistas, valorizadoras apenas dos aspectos econômicos de curto prazo que, a cada mudança da tendência de preços no mercado internacional, proponham ativação ou abandono de metas de produção de alimentos. Um país com 120 milhões de habitantes deve assegurar a produção, na maior extensão possível, de todos os cereais básicos que consome. E a determinação em produzí-los internamente não pode variar ao sabor das flutuações nas cotações internacionais desses gêneros.

A resposta a essa questão passa, necessariamente, pela elaboração de programas de incentivo à produção agrícola, realistas quanto a suas metas e quanto à forma de atingí-las. Especificamente no caso do trigo, a continudade da pesquisa atualmente realizada, tanto na Região Sul, quanto em áreas não-tradicionais, como o cerrado, seria apenas um dos tópicos de qualquer programa que pretendesse induzir ao aumento da produção interna do cereal.

Dentro de uma perspectiva de racionalizar a aplicação dos recursos atualmente destinados à triticultura, vários desdobramentos podem ser cogitados. No curto prazo poder-se-ia estudar a possibilidade de determinar, através de zoneamento agrícola, as regiões onde as variedades disponíveis têm apresentado resultados satisfatórios, e restringir o plantio subsidiado apenas a essas áreas. Seria, interessante, ainda, estudar a criação de formas adicionais de incentivar o plantio experimental em áreas novas, como o cerrado, onde, até o momento, os resultados têm sido promissores. Estas e várias outras medidas que podem ser imaginadas fariam parte, obrigatoriamente, de um plano de produção interna de trigo que objetivasse, a longo prazo, se não a auto-suficiência, ao menos a conquista de menores níveis de dependência às importações.

Por outro lado, a hipótese de restringir o plantio de trigo no Sul deve considerar outra variável: a desejável utilização mais intensiva dos fatores de produção que o plantio anual de duas culturas permite obter. A lavoura tritícola é tradicional, no Sul do país, dispondo de ampla infraestrutura de produção e comercialização. A restrição ao plantio acarreta a necessidade de buscar alternativas para sua utilização.

Potencialmente, a substituição do plantio de trigo por outras culturas é viável. Do ponto de vista econômico, entretanto, as opções são um tanto restritas. Os demais cereais de inverno, além de serem tão suscetíveis às bruscas variações climáticas quanto o trigo, não dispõem, à exceção da cevada, de um mer-

cado em expansão que estimule o aumento da produção.

Com relação a esta última, há possibilidade de aumento do plantio, tendo em vista que o parque brasileiro de malteação tem-se expandido fortemente nos últimos anos e a produção interna representa apenas 1/3 do consumo. Outro aspecto que justifica incentivos à cevada é que o dispêndio com as importações de sementes da gramínea e malte vem-se situando ao redor de US$ 80 milhões/ano. É preciso não esquecer, contudo, que o malte consta atualmente da relação de produtos supérfluos, de alta taxação alfandegária e, portanto, qualquer inicitiva de aumento da produção de cevada deve ser respaldada pela manutenção da taxação ora em vigor.

Outra alternativa a ser considerada é a colza, da qual se extrai 40% de óleo. Sua produção, ainda em fase experimental, pode representar, no futuro, opção aos cereais de inverno, desde que sejam convenientemente estudadas suas condições de adaptação ao país. É importante atentar, no entanto, para o fato de que esta oleaginosa contém substâncias tóxicas prejudiciais ao ser humano e aos animais. Pesquisas desenvolvidas em outros países lograram reduzir substancialmente seus índices de toxidez. Entretanto, é preciso cautela durante o período de adaptação da cultura às condições de produção no Brasil, para que não se corra o risco de retorno, por degenerescência, a um grau elevado de toxidez. Persistem, por conseguinte, dificuldades à utilização mais racional da terra e dos demais fatores de produção, durante o período do inverno, de vez que a aclimatação das culturas propícias àquela época do ano ainda não é satisfatória.

Sendo assim, parece ser aconselhável que se estimule, mesmo ao custo de algum dispêndio financeiro governamental, um uso mais intenso e racional dos fatores de produção. No entanto, este projeto requer, para que se mostre rentável a longo prazo, do ponto de vista social, que sua implementação seja precedida de um estudo das regiões adequadas ao plantio de cada uma das culturas de inverno e, mais ainda, que os recursos financeiros destinados à pesquisa e à área de produção sejam distribuídos na quantidade e com a regularidade necessárias para que se obtenha êxito.

Estas condições, absolutamente necessárias, não foram observadas durante o período de vigência do Plano de Auto-Suficiência. Como se não bastassem o irrealismo das metas preconizadas e a inconstância com que foram acionados os instrumentos para atingí-las, ainda se provocou um aumento desmedido do consumo de trigo, através da destinação de recursos governamentais crescentes para subsidiar o preço final do cereal. Evidentemente, este fato representou dificuldade adicional para que a meta de auto-suficiência fosse atingida.

No entanto, é bom lembrar, vários foram os setores da economia brasileira que, nos últimos anos, foram indistintamente beneficiados com recursos governamentais. O esforço de promoção do crescimento econômico a taxas elevadas levou a que, algumas vezes, a concessão de incentivos fosse realizada sem a necessária avaliação de outros aspectos da política econômica, relegando-se, mesmo, a plano secundário, o lado real da economia.

Em recente declaração à imprensa, o atual diretor da CACEX informou que "o programa de crédito subsidiado às exportações de produtos industriais (Resolução 515 do Banco Central e linhas de crédito do FINEX) custará ao governo em 1979, Cr$ 60 bilhões, equivalentes, à taxa de câmbio atual, à cerca de US$ 2 bilhões". Considerando-se que, segundo a previsão oficial, o Brasil venderá ao exterior cerca de US$ 8 bilhões, em 1979, o governo desembolsará o equivalente, em cruzeiros, a US$ 0,25 para cada dólar arrecadado com as exportações industriais, apenas através daquela linha de crédito. Em conseqüência, a sociedade gastará, por cada dólar, o equivalente, em cruzeiros, a US$ 1,25. É importante notar ainda que, naquele montante de subsídios creditícios, não estão incluídas outras modalidades de incentivos, tais como isenção de ICM, IPI, IR etc.

Por outro lado, em estudo realizado por economistas do IBRE/FGV[1] afirma-se que, em 1977, enquanto a receita do Tesouro atingia

(1) Subsídios Governamentais e a Expansão da Base Monetária.

a Cr$ 243 bilhões, o montante de subsídios creditícios e fiscais era estimado em Cr$ 121 bilhões. Quando o governo destina o equivalente a 50% de sua receita a subsídios, é bastante provável que as prioridades não estejam sendo definidas com o devido rigor e são imagináveis as distorções que daí advêm.. É neste contexto, de uma economia eivada de subsídios de toda a ordem, que deve ser analisada a questão do subsídio do trigo.

Em função da ineficiência alocativa que gerou, e de seus efeitos distributivos, os quais, no Brasil, certamente assumiram caráter regressivo, a política brasileira de subsídios carece de revisão urgente. No entanto, este processo de revisão exigirá, novamente, uma análise de prioridades, que, se negligenciada, acarretará novos problemas. Não é aconselhável, por exemplo, que o consumidor de baixa renda seja o primeiro a ser penalizado pela necessária redução dos subsídios. Em outras palavras, antes de cogitar da retirada do subsídio ao consumo do trigo, é importante assentar bases que tornem possível a produção de outros alimentos em quantidade capaz de provocar uma redução do custo da alimentação, de forma a compensar a diminuição da renda real do consumidor que a implementação da medida irá provocar. É claro que isto precisará ser feito sem que o ônus da solução escolhida recaia sobre o produtor rural.

É interessante notar que foi justamente para se evitar um aumento do custo da alimentação, que se instituiu o subsídio ao consumo do trigo no Brasil. Pretendeu-se evitar que a elevação das cotações internacionais, verificada no período 1972/74, fosse repassada aos preços finais internos. Desde 1962, quando o Banco do Brasil começou a comprar e distribuir trigo nacional, até 1971, o preço de venda à indústria moageira era calculado de modo a equivaler aproximadamente à média dos custos internos de aquisição do trigo nacional e do importado. Assim, foi possível ao governo viabilizar a produção interna do cereal sem comprometer recursos orçamentários. Até 1971, portanto, o trigo importado e o consumidor brasileiro arcaram com importante parcela do custo total do incentivo à triticultura nacional. Naturalmente, os custos do subsídio creditício corriam por conta de redescontos no Banco Central.

Em meados de 1972, os preços internacionais do cereal iniciaram escalada altista em decorrência de vultosas quebras de safra na URSS e em diversos países asiáticos. Este período de preços excepcionalmente elevados perdurou até quase 1974, quando as cotações começaram a declinar, mas já então, de um nível 225% superior ao da média verificada em 1972. Assinale-se que, em 1972 e 1973, os preços internacionais chegaram a superar substancialmente os preços pagos ao produtor nacional.

No início desta conjuntura altista, o governo brasileiro optou por não repassar ao consumidor a elevação do custo do produto importado, passando a fixar o preço de venda aos moinhos abaixo do preço internacional do cereal. Deste modo, no período 1972/74, o governo subsidiou o consumo de trigo da população de forma direta, isto é, arcando com os custos necessários à redução do preço final da venda dos derivados de trigo. Significa, ainda, que tanto o produtor brasileiro quanto o estrangeiro, assim como as indústrias moageiras e as empresas importadoras, foram também beneficiados, embora de forma indireta. A ação governamental assegurou-lhes a não retração de mercado que decorreria de um aumento do preço final do produto.

Contraditoriamente, o produtor nacional, em certo sentido, foi prejudicado pela nova forma de intervenção que se verificou. Isto porque, se o governo tivesse permitido que os preços internos se fixassem livremente, a conseqüente retração de mercado iria, provavelmente, afetar apenas a demanda do trigo importado. As cotações internas se fixariam acima do nível de preços pagos ao produtor brasileiro, que se apropriaria, no curto prazo, de maiores benefícios. No entanto, quando os preços internacionais voltassem a declinar, o trigo nacional sofreria forte restrição de demanda e se tornaria imperiosa uma nova intervenção estatal caso se pretendesse evitar que a totalidade do consumo brasileiro fosse realizado com trigo importado.

A partir de 1974, as cotações internacionais do cereal voltaram a declinar e, em meados do ano, eram inferiores aos preços pagos ao produtor brasileiro. Estava eliminada, portanto,

a razão primeira pela qual foi instituído um subsídio ao consumo do trigo no Brasil. No entanto, segundo os dados da SUNAB, o consumo nacional aparente de farinha de trigo em 1974, havia-se elevado em 28,24%, relativamente ao nível de 1971. E mais, para que a sistemática empregada até 1972 pudesse ser novamente utilizada, seria necessário que o preço de venda aos moinhos se elevasse em 66%. É bom lembrar ainda que, em 1974, o "milagre econômico" já não existia, e que a taxa inflacionária situou-se no final daquele ano no nível incômodo de 29%. Não seria, portanto, politicamente desejável para a equipe governamental que se retirava, assim como para a sua sucessora, elevar tão drasticamente os preços de um produto que, aceleradamente, aumentou sua importância na composição da dieta das populações urbanas. Assim, desde março de 1974 (quando houve um reajuste de 20%) até hoje, os preços de venda aos moinhos sofreram apenas dois reajustes: o primeiro, em dezembro de 1976 (64%) depois de transcorridos trinta e um meses do último aumento e, o segundo, em maio de 1978 (30%). Desde então, os preços não mais foram corrigidos. A preocupação com o aumento dos índices inflacionários, no curto prazo, parece, portanto, ter sido a causa da não eliminação do subsídio ao consumo no período 74/75.

No entanto, a imediata eliminação do subsídio, que chegou a ser cogitada, acarretaria, hoje, custos políticos possivelmente maiores e traria conseqüências mais sérias ainda, em relação ao padrão alimentar da população. Por outro lado, sua manutenção é insustentável, a médio prazo. Sua eliminação causaria, ainda, uma crescente dependência às importações do cereal, pois viabiliza, a partir do baixo preço relativo derivados de trigo/alimentos substitutos, um crescimento do consumo de trigo que, no período 74/79, situou-se em 8,5% ao ano.

No entanto, é preciso investigar se outros fatores teriam contribuído para que o crescimento do consumo do trigo se realizasse em ritmo tão acelerado. É provável que o subsídio apenas tenha favorecido o crescimento do consumo, a partir de determinadas condições verificadas durante o processo. Em outras palavras, é necessário estudar até que ponto fatores tais como a carência alimentar das populações de baixa renda (agravada com a crescente urbanização) e a insatisfatória evolução da produção interna de alimentos contribuíram para que o trigo assumisse papel tão importante na composição da dieta da população.

O Quadro 3, abaixo, apresenta estimativas da evolução do custo da satisfação das necessidades mínimas de calorias e de proteínas para um adulto em relação ao salário mínimo. Os dados indicam que esta relação apresentou, na última década, tendência crescente, indicando a piora das condições de aquisição da dieta mínima da população. Até 1960, para o caso das necessidades calóricas, a relação oscilou entre 17,4% e 26,1%, exceto para 1950 (41,9%), quando o valor nominal do salário mínimo permaneceu no mesmo nível que em 1945. Em 1970, a razão aumenta para 27,9% e, em 1976, atinge 31,5%.

O comportamento da relação necessidades proteínicas/salário mínimo apresenta evolução semelhante: as percentagens variaram entre 11% e 16% (exceto em 1950), elevando-se para 18,5%, em 1970, e para 21%, em 1976.

O aumento da parcela da renda do trabalhador comprometida com a aquisição de alimentos indica, embora não comprove, uma deterioração do padrão alimentar da população de baixa renda, durante os anos 70. Assim, é razoável se supor que, no período, os preços relativos dos alimentos ganharam importância cada vez maior na definição dos componentes da dieta alimentar, em detrimento de outros fatores influentes naquela decisão, tais como o valor nutricional, o gosto do consumidor etc. Assim, os preços relativos favoráveis aos derivados do trigo levaram o consumidor a optar por esses alimentos. No entanto, é preciso ainda perguntar se os preços relativos se tornavam gradualmente mais favoráveis ao trigo apenas pela existência do subsídio, ou se outros fatores influenciavam, de forma importante, este movimento.

O aumento das relações apresentadas no Quadro 3, durante os anos 70, certamente decorre da combinação de dois fatores: por um lado, da queda do valor real do salário mínimo veri-

ficada no período, a qual é fruto da política salarial adotada até há poucos anos; por outro, do surgimento de problemas de escassez relativa de alguns alimentos. Este último fator, por sua vez, encontra explicação no deslocamento sofrido pelas culturas de abastecimento interno, contrapartida da rápida expansão da atividade agrícola voltada para a exportação.

Um exemplo elucidativo da última afirmação é encontrado no desempenho recente da cultura do arroz, principalmente nos estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No período 1969/78, a área colhida de arroz naquelas regiões aumentou, segundo dados da FIBGE, a uma taxa média anual de apenas 2,8%. Em São Paulo, onde, por diversas razões, as opções de plantio do produtor abrangem um leque maior do que na maioria dos estados brasileiros, a área de arroz apresentou declínio absoluto de 5,4% ao ano. A área plantada da safra 1978/79 apresentou redução substancial em relação à área média do período 1975/77, em todos os estados das regiões acima mencionadas, exceto Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (ver Agroanalysis vol. 3 nº 7/8)

Evidentemente, diversos outros exemplos de desempenho insatisfatório de culturas de abastecimento interno verificados nos últimos anos poderiam ser apresentados. Em artigo publicado em "Pesquisa e Planejamento Econômico" vol. 8, nº 3,(2) os autores comprovam que, especialmente no período 1968/76, os produtos de abastecimento interno crescem persistentemente menos do que os exportáveis,

(2) A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos – Barroz, JRM e Graham, D.H.

**Quadro 3**

*Cidade de São Paulo. Evolução da relação do custo das necessidades mínimas diárias de calorias e proteínas para um adulto e o salário mínimo. Anos de 1939, 1945, 1950, 1955, 1960, 1965, 1970 e 1976*

| | Custo "intake" Calórico Salário Mínimo | Custo "intake" Proteínico Salário Mínimo |
|---|---|---|
| 1939 | 0,209 | 0,123 |
| 1945 | 0,261 | 0,161 |
| 1950 | 0,419 | 0,269 |
| 1955 | 0,174 | 0,114 |
| 1960 | 0,201 | 0,140 |
| 1965 | 0,197 | 0,111 |
| 1970 | 0,279 | 0,185 |
| 1976 | 0,315 | 0,210 |

Fonte: Alves, E. L. G. e Vieira, J. L. T. M. Evolução do Padrão Alimentar da População da Cidade de São Paulo. FIPE/USP – 1978.
Obs.: De acordo com o National Research Council (NRC), as necessidades mínimas para um adulto por dia são de 2.800 calorias e 65 g de proteínas.

para o Brasil como um todo e nas regiões consideradas (Nordeste, Centro-Sul e São Paulo). Em cada região em particular, o crescimento recente da produção de alimentos se verifica a taxas inferiores à sua média histórica.

Não cabe, aqui, alongar ainda mais esta parte da questão. É evidente que o desempenho de qualquer atividade econômica é função de sua rentabilidade esperada e, no caso, enquanto as culturas de exportação têm desfrutado de preços fixados pelo mercado, isenções fiscais e incentivos diversos e, até mesmo, de maiores recursos para pesquisa e extensão rural, os produtos de abastecimento interno são, de um modo geral, tecnologicamente marginalizados e sofrem, a todo momento, controle de preços através de tabelamentos, ou importações etc. Em conseqüência, o produtor que detêm melhores terras, acesso a condições técnicas mais avançadas, ao crédito rural subsidiado etc, irá optar pelas culturas que apresentam perspectiva de maior retorno, qual sejam as de exportação. Assim, produtos como o milho, feijão, arroz, são, a cada ano que passa, produzidos em áreas de menor qualificação agrícola, induzindo a uma limitação na expansão física da cultura.

No Quadro 4, abaixo, estão listados os preços pagos ao produtor e verificados no mercado atacadista do arroz e do feijão, bem como os preços máximos da farinha de trigo (FOB moinho). Apresenta, ainda, a evolução do consumo per capita desses três produtos que, atualmente, respondem por importante parcela da dieta básica da população.

Os preços da farinha de trigo, até a instituição do subsídio ao consumo, em 1972, situavam-se em torno de Cr$ 10.000/t apresentando pequenas oscilações de ano para ano, enquanto que seu consumo per capita oscilava entre 32 e 34 kg. A partir de 1972, os preços da farinha decresceram continuamente e, em 1978, atingiram o nível de Cr$ 4.306,30/t. Em resposta à redução de preço e a todos os fatores acima descritos, o consumo per capita aumentou de 34 para 52 kg, em 1978.

Por sua vez, o consumo de arroz, em conformidade com a instabilidade da produção, apresenta, de ano para ano, variações abruptas e nos dois sentidos. Os dados de consumo de feijão indicam uma tendência relativamente definida de redução, em conseqüência, provavelmente, das condições da produção, que se depara com problemas graves de produtividade decrescente. Como era de se esperar, os preços desses dois produtos, no mercado atacadista, apresentam variações fortíssimas, num comportamento claramente desestimulador do consumo. É interessante notar que essas oscilações de preço, algumas vezes, não foram inteiramente repassadas ao produtor, o que indica terem sido os intermediários os beneficiados com os frutos da escassez. Isto significa que nem sempre o incentivo ao aumento da produção, representado pelos preços elevados decorrentes da redução da oferta, foi, em sua totalidade, auferido pelo produtor.

Os dados do Quadro 4 parecem deixar claro, em primeiro lugar, uma evidente piora das condições alimentares da população, uma vez que se pode desprezar a hipótese de substituição por produtos mais nobres. Indicam, ainda, que as condições da oferta interna e os preços do arroz e do feijão são os principais responsáveis pela redução do seu consumo. Ao contrário do que alguns analistas afirmam, os dados não permitem perceber qualquer relação estável entre o aumento do subsídio ao trigo e a redução do consumo de arroz e feijão. Aliás, esta hipótese não parece provável, quando se considera que os produtores de alimentos para o mercado interno têm sofrido, nos últimos anos, desestímulos muito mais graves do que a possível redução de mercado advinda da queda do preço relativo trigo/outros alimentos. Estes produtores têm, freqüentemente, enfrentado problemas de tabelamentos, queda de produtividade por deslocamento para terras piores ou por inexistência de sementes de boa qualidade etc; enfim, problemas que deprimem fortemente a perspectiva da rentabilidade da cultura e cuja resposta tem sido a redução de área nos estados que apresentam maiores opções de plantio.

A comparação do comportamento dos preços da farinha de mandioca com os da farinha de trigo, mais uma vez, indica a inconsistência daquela hipótese. No Quadro 5, foram calculadas relações entre os preços daqueles produtos. As colunas 7 e 8 apresentam essas relações considerando os preços da farinha de trigo que

**Quadro 4**

*BRASIL — Evolução dos preços e do consumo per capita de arroz, feijão, trigo e farinha de trigo — 1968/78*
*Preços reais — out/1979*

| | ARROZ | | | FEIJÃO | | | TRIGO | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consumo per capita kg/ano | Preços do mercado atacadista média anual Cr$/t | Índice de preços recebidos pelo produtor. Corrigido Col. 2 FGV out. 1979 | Consumo per capita kg/ano | Preços no mercado atacadista média anual Cr$/t | Índice de preços recebidos pelo produtor. Corrigido Col. 2 FGV out. 1979 | Consumo per capita kg/ano | Preço médio da farinha de trigo na cidade de São Paulo Cr$/t (1) |
| 1968 | 49,47 | 14.403 | 2.894 | 26,84 | 7.003 | 1.826 | 32.71 | 10.186,24 |
| 1969 | 47,13 | 14.573 | 2.558 | 23,66 | 12.654 | 3.120 | 32,04 | 9.491,75 |
| 1970 | 39,47 | 11.819 | 2.282 | 23,21 | 15.184 | 3.302 | 32,48 | 10.125,29 |
| 1971 | 47,35 | 16.634 | 3.076 | 28,02 | 11.219 | 2.876 | 33,42 | 9.505,21 |
| 1972 | 38,11 | 16.229 | 3.298 | 27,07 | 9.659 | 2.564 | 34,19 | 9.373,27 |
| 1973 | 46,24 | 15.639 | 3.071 | 22,11 | 25.272 | 5.595 | 37,43 | 9.286,22 |
| 1974 | 42,86 | 19.451 | 3.775 | 21,47 | 17.242 | 3.994 | 39.46 | 8.932,55 |
| 1975 | 41,58 | 21.351 | 4.704 | 20,82 | 12.338 | 3.682 | 41,41 | 7.176,70 |
| 1976 | 45,16 | 13.123 | 3.034 | 17,19 | 16.374 | 6.357 | 45,98 | 5.177,13 |
| 1977 | 46,62 | 12.567 | 2.610 | 21,25 | 14.885 | 5.013 | 50,35 | 5.024,98 |
| 1978 | 47,04 | 14.135 | 3.309 | 21,06 | 13.909 | 3.286 | 52,41 | 4.306,30 |

Fonte dos Dados Brutos: "Trigo e Soja" — fev/79 — Anuário Estatístico da CFP, Conjuntura Econômica.
OBS.: (1) Os valores referem-se a preços de venda dos moinhos (FOB). O preço médio anual foi calculado ponderando-se os valores pelo número de meses em que permaneceu em vigência.

seriam praticados, caso não existisse subsídio ao consumo. Evidentemente, esta suposição é irrealista pois, caso o subsídio ao consumo não existisse, as condições do mercado de trigo seriam bastante diversas das atuais. No entanto, ela serve como auxílio para que se estude em que medida teria ocorrido um deslocamento da demanda de mandioca decorrente do aumento do preço relativo mandioca/trigo.

Se este deslocamento tivesse sido intenso, os preços da mandioca, num primeiro momento, declinariam e, posteriormente, o mercado se reajustaria mediante uma redução da área plantada e um declínio dos níveis de produtividade da cultura.

De fato, a produção de mandioca se reduziu no período. No entanto, como pode ser observado na coluna 3, os preços recebidos pelos produtores apresentaram substantivos aumentos reais durante todo o período considerado, exceto em 1978. Esta constatação permite descartar a hipótese de queda na produção decorrente de uma forte retração na demanda de mandioca. Tudo indica, ao contrário, que a cultura da mandioca, como de resto aconteceu com outras lavouras de abastecimento interno, declinou em função de fatores ligados à rentabilidade da produção. Por sua vez, o subsídio ao trigo apenas reduziu os ônus advindos do aumento do custo de alimentação (e conseqüentemente da queda do padrão alimentar da população), reflexos dos desestímulos diversos à produção de alimentos.

É evidente, no entanto, que estes aspectos não justificam a manutenção de um subsídio crescente a um produto do qual o país é dependente em mais de 50% de importações. Mas a eliminação do subsídio, apesar de imperiosa, terá de contornar graves problemas. Por exemplo, será necessário que a eliminação se processe gradualmente, na medida em que sejam obtidas safras maiores de outros alimentos. Isto porque o aumento do preço dos derivados de trigo acarretará elevação dos preços de alimentos substitutos. Assim, se não se desejar uma elevação ainda maior do custo da alimentação, será necessário obter excedentes de produção de arroz, feijão, milho etc., em relação aos níveis atuais de consumo, em volume suficiente para garantir que o aumento da demanda por esses itens resulte em preços reais estáveis.

A obtenção desse volume de produção requer, no entanto, a reversão da atual tendência à redução da produção de alimentos, conseqüente da exagerada expansão das culturas de exportação. Tal reversão só será conseguida, quando se elevar a perspectiva de remuneração do setor de produção agrícola para mercado interno, relativamente ao de exportação, feito esse que dificilmente será conseguido em pouco tempo. Até lá, teremos que conviver não só com um custo anual elevado de subsídio mas também com despesas vultosas de importação, a menos que se opte por desprezar a dieta alimentar (já tão debilitada) da população. Neste caso, há que se arcar com os custos políticos dessa decisão.

Neste meio tempo, no entanto, é possível imaginar mecanismos capazes de melhor direcionar o consumo de trigo e, em conseqüência, reduzir o crescimento do custo do subsídio.

Já foi sugerido que se transferisse o subsídio para algum produto do qual não dependêssemos de importações. Esta medida, no entanto, reproduziria as mesmas distorções verificadas com o trigo. Poder-se-ia ainda revigorar a legislação, já existente, que torna obrigatória a mistura de outras farinhas à farinha de trigo para o fabrico de pão. Como contornar, no entanto, o problema do preço relativo desfavorável às outras farinhas, a não ser pela redução do subsídio do trigo ou pela instituição de um novo subsídio?

De mais fácil implementação, seria a instituição de tributos elevados incidindo sobre a venda de derivados de trigo consumidos normalmente pelas classes de renda mais alta como biscoitos e misturas para doces. A receita tributária, assim auferida, certamente não seria elevada, mas contribuiria para reduzir, ao menos um pouco, o custo do subsídio e para direcionar melhor os benefícios distribuídos através dele.

O importante, no entanto, é lembrar que, se é imperioso eliminar o subsídio do trigo, por seus efeitos distorcivos, é também imperioso, pelo mesmo motivo, eliminar os subsídios às exportações industriais e todos os outros que vicejam na economia brasileira. A importância que o consumo de pão e massas alimentícias assumiu para as populações de renda mais baixa recomendam, ao menos, que, no caso do trigo, a retirada do subsídio obedeça a maiores cautelas.

**Quadro 5**

*Relação entre os preços da farinha de mandioca e de trigo nos mercados de Recife e de São Paulo (capital) — 1970/78*

| | Farinha de mandioca | | Preços recebidos pelos produtores de mandioca Corrigido-Col. 2 FGV-out/79(3) | Farinha de trigo | | Relações | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Torrada extra Recife-Cr$/t(1) | Grossa—Cidade de São Paulo (Cr$/t)(2) | | Preço de venda atacado-cidade de São Paulo(4) Cr$/t | Preço atacado acrescido do valor subsidiado pelo governo. Cr$/t (5) | (6) 1/3 | (7) 2/3 | (8) 1/4 | (9) 2/4 |
| 1970 | 810, | 354, | 4.430 | 765,0 | 7.765 | 1,06 | 0,46 | 1,06 | 0,46 |
| 1971 | 1.171 | 583 | 5.562 | 915,4 | 915, | 1,28 | 0,64 | 1,28 | 0,64 |
| 1972 | 772 | 651 | 5.595 | 969,8 | 1.066 | 0,80 | 0,67 | 0,72 | 0,61 |
| 1973 | 845 | 664 | 5.728 | 1.121,9 | 1.726 | 0,75 | 0,59 | 0,49 | 0,38 |
| 1974 | 1.549 | 939 | 6.103 | 1.388,9 | 2.480 | 1,12 | 0,68 | 0,62 | 0,38 |
| 1975 | 2.955 | 1.756 | 7.147 | 1.425,0 | 3.098 | 2,07 | 1,23 | 0,95 | 0,57 |
| 1976 | 4.595 | 3.643 | 11.994 | 1.498,6 | 3.655 | 3,07 | 2,43 | 1,26 | 1,00 |
| 1977 | 4.151 | 3.503 | 16.749 | 2.011,6 | 3.468 | 2,06 | 1,74 | 1,20 | 1,01 |
| 1978 | 5.185 | 3.133 | 14.254 | 2.390,5 | 5.086 | 2,17 | 1,31 | 1,02 | 0,62 |

**Fontes:** Anuário Estatístico CFP, Conjuntura Econômica, SUNAB.

**OBS.:** A coluna 5 foi calculada acrescendo aos preços da Col. 4 o percentual subsidiado — diferença entre custo total de aquisição do trigo e a receita auferida pela venda aos moinhos livres de ICM.

# Comentários

## ALGODÃO

### Os preços cairão após a colheita?

A participação governamental no mercado do algodão, através de aquisições do produto, com o objetivo de sustentar os preços, tem sido ventilada, em razão de previsões quanto à situação do mercado na próxima estação.

Na próxima safra, a ser colhida em março, o preço mínimo do produto será de Cr$ 201,90/@ , superior, em termos nominais, ao preço médio de mercado que vigorou entre julho e outubro deste ano (Cr$ 178,00/@).

Ora, o período que vai de julho a fevereiro corresponde à entressafra da maior região produtora de algodão, a Centro-Sul, responsável por mais de 60% da produção brasileira. Obviamente, é uma fase de preços altos, ao contrário da fase de colheita, quando os preços se deprimem. Daí, a impressão de que o governo se veria compelido, a partir de março próximo, a comprar parte da produção meridional da safra 1979/80. Contudo, a possibilidade de os preços recebidos pelo produtor, na colheita, caírem abaixo do nível que vigorou entre julho e outubro do corrente ano, é bastante remota, por algumas razões que comentaremos a seguir.

Primeiramente, dos meses correspondentes à entressafra, janeiro e fevereiro são aqueles que, tradicionalmente, apresentam preços mais elevados, puxando para cima a média do período. Isto se deve a movimentos de mercado imediatamente anteriores ao bimestre pois, até dezembro, é colhida a maior parte da safra setentrional (Norte-Nordeste) o que, de certa forma, impede maiores elevações dos preços na época do plantio da região Centro-Sul. Também até dezembro é resgatada a maioria dos empréstimos do governo federal (EGF's), contratados durante a colheita da safra do Centro-Sul, o que atua, igualmente, como um freio à alta das cotações, devido à desova dos estoques, inerente a esta modalidade de empréstimo.

Em segundo lugar, no bimestre janeiro-fevereiro, inexistem mecanismos que retenham a alta dos preços e, portanto, a relativa escassez do produto eleva os preços do mercado. Freqüentemente, a média de preços destes dois meses ultrapassa o preço mínimo da safra vindoura, que entra em março. A média de preços de toda a entressafra acaba inflada, por estes dois últimos meses, embora, na maior parte das vezes, não chegue a alcançar o preço mínimo da temporada seguinte (ver Quadro 1).

Imediatamente após o primeiro bimestre, em março, os preços, refletindo ainda a alta registrada em janeiro e fevereiro, situam-se, via de regra, em um patamar superior ao preço mínimo. Outro importante fator que concorre para situar os preços do produto na época da colheita em nível superior à média alcançada na entressafra, é o reinício das compras das indústrias têxteis, permitindo o escoamento dos novos fardos de algodão. Evita-se, assim, a queda nos preços que poderia ocorrer na época de maior oferta do produto.

As expectativas atuais do mercado vêm em socorro desta análise. As cotações futuras do algodão em pluma, para entrega em março, estiveram, na última semana do mês de novembro, em torno de Cr$ 700,00/@, o que equivale a cerca de Cr$ 230,00/@ , para o algodão em caroço. Ou seja, no início da colheita da safra 1979/80 meridional, o preço de mercado seria 14% superior ao preço mínimo e 31% superior à média de preços dos meses compreendidos entre julho e outubro (inclusive) da entressafra da temporada anterior.

Este preço de Cr$ 230,00/@ poderá estar um pouco superestimado, pois o mercado futuro se encontra no momento bastante especulativo. Inclusive, os negócios no disponível fora da Bolsa são feitos com um deságio de Cr$ 30,00 a Cr$

**Quadro 1**

*Estado de São Paulo – Preços recebidos pelos cotonicultores – (algodão em caroço) de 1967/68 a 1979/80 (a preços correntes em Cr$ 15,00/kg)*

| Anos | Preço de safra(1) | Preço mínimo | Preço de entressafra 1ª fase (2) | Preço de entressafra 2ª fase (3) | Preço de entressafra Total (4) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1967/68 | 6,99 | 6,00 | 7,27 | 7,51 | 7,32 |
| 1968/69 | 8,20 | 7,00 | 8,53 | 8,91 | 8,62 |
| 1969/70 | 9,73 | 8,70 | 11,53 | 13,14 | 11,76 |
| 1970/71 | 14,50 | 10,50 | 15,11 | 16,72 | 15,43 |
| 1971/72 | 17,73 | 15,00 | 16,57 | 19,10 | 17,08 |
| 1972/73 | 22,41 | 17,10 | 27,71 | 38,48 | 31,30 |
| 1973/74 | 41,14 | 31,77 | 31,65 | 30,50 | 31,36 |
| 1974/75 | 33,65 | 35,10 | 39,28 | 50,69 | 42,50 |
| 1975/76 | 72,35 | 45,44 | 109,27 | 109,00 | 109,20 |
| 1976/77 | 95,95 | 78,00 | 83,17 | 91,90 | 85,35 |
| 1977/78 | 116,87 | 100,20 | 124,98 | 155,15 | 132,55 |
| 1978/79 | 163,02 | 135,00 | 178,00(5) | – | – |
| 1979/80 | 213,00(6) | 201,90 | – | – | – |

FONTE: IEA e CFP.
(1) Média de preços de março a junho.
(2) Média de preços de julho a dezembro.
(3) Média de preços de janeiro e fevereiro.
(4) Média de preços de julho a fevereiro.
(5) Média de preços de julho a outubro.
(6) Estimativa (ver texto).

40,00/@ em relação às cotações do disponível da Bolsa, recentemente vinculado ao mercado futuro. Entretanto,há razões para se pensar que ele possa ultrapassar este nível. Até 1974, ano em que a inflação se manteve em limites razoáveis, os preços obtidos no período de colheita se situavam, em termos reais, acima dos preços praticados na entressafra anterior. A partir de então, a diferença de preços não foi suficiente para neutralizar a corrosão da moeda, com exceção dos anos atípicos de 1975/76 e 1977/78, quando houve reduções na produção da safra meridional brasileira (31% e 28,5%, respectivamente). Nesses dois anos agrícolas, a diferença entre os preços da safra e os da entressafra anterior elevou-se fortemente, ultrapassando a própria inflação. Via de regra, excetuando-se as mencionadas safras atípicas de 1975/76 e 1977/78, nos anos-safra a partir de 1973/74, a diferença de preços existente entre os períodos de colheita e da entressafra anterior, de cada ano, situou-se, em média, 4,9% abaixo da inflação.

Ora, é bem provável que a inflação no período que se situa entre a entressafra (julho a outubro de 1979) e a colheita (março a junho de 1980) supere a média encontrada desde 1974, que foi de 24,5%. Para que as expectativas do mercado, referentes a um preço em março de 1980 superior em 31% à média da entressafra deste ano, se concretizem, bastará, uma vez aceita a hipótese de uma queda real nos preços da ordem de 5%, que a inflação alcance nestes oito meses a taxa de 36%. Este percentual provavelmente será superado, pois a inflação acumulada no período julho/novembro de 1979 já atinge 32%. Nesse caso, o preço de mercado do algodão, até a entrada da safra em março, certamente se elevará acima do preço mínimo.

Ao lado das razões inflacionárias, outros fatores alicerçam a possibilidade de que os preços subam além do nível de Cr$ 230,00/@.

A seca que se abateu na época de colheita da safra nordestina — única região produtora de algodão seridó, de fibra longa — reduziu fortemente a oferta de tipos finos de algodão. Estima-se que a oferta, no caso, aproxime-se de 25 mil t, para um consumo normal de 30 mil t.

Este ano, porém, as necessidades dos tipos finos devem ter ultrapassado este número (em virtude de serem os artigos de malharia, os mais utilizados neste verão, confeccionados basicamente com algodões finos), tornando difícil o suprimento de algodão de fibra longa. O aumento das exigências dos consumidores em termos de qualidade pode agravar ainda mais a situação de escassez do mercado.

Deve-se registrar, entretanto, o papel das fibras sintéticas como atenuantes da pressão de compra, pois boa parte destas necessidades vem sendo suprida pela fibra de poliéster, cujas vendas já aumentaram em mais de 25%, em 1979. Certamente em razão de maior participação do poliéster nos tecidos fabricados ou, mesmo, através da substituição do algodão pela fibra de viscose.

Apenas na hipótese em que persista uma procura inusitada por estes tipos de algodão, haveria aumento de preços no Sul, refletindo aumentos que ocorreriam no Nordeste.

Paira, também, no mercado, a expectativa de que este ano o consumo de algodão pelas indústrias têxteis se eleve, a 540 mil t. A estimativa inicial era de 525 mil t e, com sua superação, os estoques finais ficariam reduzidos a cerca de 123 mil t, abaixo portanto do nível mínimo de segurança, estimado em 135 mil t, isto é, o equivalente a três meses de consumo. A influência altista advinda do rebaixamento do nível de estoques é, no entanto, contrabalançada pelo montante da fibra em mãos do governo (Aquisições do Governo Federal), em volume suficiente para restabelecer a normalidade do mercado.

Há, contudo, também, fatores baixistas que merecem ser conside-

rados. Um deles decorre do fato de que a maioria das indústrias têxteis parece estar suficientemente suprida com algodão até a entrada da próxima safra, impossibilitando, assim, que os preços subam muito nos últimos meses da entressafra. O mesmo motivo deverá impedir, também, que a safra nordestina deste ano (1979/80) (a maior parte em poder dos maquinistas) seja comercializada a preços especulativos.

Por outro lado, ainda que os maquinistas nordestinos forcem a venda do algodão estocado, os preços no Sul não cairão abaixo do nível hoje praticado, uma vez que o algodão mais procurado este ano, o de fibra longa, já foi praticamente consumido pelo parque têxtil nacional. ✱

## CAFÉ

### Como garantir a participação brasileira

Parece muito difícil, atualmente, que as exportações brasileiras de café venham a obter, este ano, *"performance"* satisfatória. A meta de exportar 12 milhões de sacas, obtendo uma receita da ordem de US$ 2,2 bilhões torna-se, progressivamente, mais remota. Isto porque são cada vez mais limitados os efeitos previsíveis, em termos de promoção de vendas, que adviriam da adoção de pequenas modificações nas regras, hoje vigentes, para exportação do produto.

Já não basta mais alinhar os preços do nosso produto com as cotações a que são ofertados os cafés dos países concorrentes. As medidas recentes de estímulo à retenção interna (antecipação do preço de garantia de Cr$ 3.800,00/saca e elevação do percentual de financiamento para 80%), trouxeram novos entraves às vendas externas. Mais grave ainda para as perspectivas futuras, é que a vigência do sistema de aumentos escalonados do preço mínimo de garantia (Cr$ 4.200/saca a partir de 1º/2/80) em conjunto com o novo percentual de financiamento, permite prever que os produtores continuarão a reter o produto nos próximos meses.

Além disso, o novo preço mínimo de garantia estreitou de tal modo a margem do exportador que se tornou praticamente impossível a prática do "câmbio português". Como se sabe, este artifício é utilizado como forma de anular eventuais vantagens de preço oferecidas pelos países concorrentes. Funciona como uma espécie de desconto não oficial, que permite reduzir o preço de oferta do café brasileiro, sem que seja alterado o valor do preço de registro. Na semana passada, por exemplo, enquanto o café colombiano era ofertado a US$ 2,14/lb *"ex-dock"*, Nova Iorque, com desconto de aproximadamente, US$ 0,12/lb, o café brasileiro tinha seu preço mínimo de oferta situado em torno de US$ 2,16/lb. Esta situação poderia ter sido contornada se os exportadores pudessem oferecer um desconto de valor próximo ao dos colombianos. No entanto, a atual margem de venda não permite que se aja desta maneira.

Como a política de retenção interna da produção inviabilizou a possibilidade de dinamização das vendas externas, via redução do preço mínimo de registro, restam ao governo as seguintes possibilidades para garantir a presença do Brasil no mercado mundial:

1) *Congelamento do confisco cambial:* Nesse caso, as repetidas desvalorizações do cruzeiro acabarão por eliminar o conflito (criado pela política atual) entre os objetivos de exportar e de garantir uma remuneração adequada ao produtor interno. Essa estratégia, no entanto, só dará resultados a médio prazo. Por exemplo: uma desvalori-

zação cambial acumulada de 20% entre novembro e fevereiro, embora considerável, seria incapaz de contornar a barreira à exportação. Isto, pela simples razão de que o produtor tem 10,5% de aumento garantidos em 1º de fevereiro e cerca de Cr$ 2.500,00 líquidos de financiamento a juros subsidiados para aguardar uma possível elevação de preços.

2) *Redução do confisco cambial:* Essa medida representaria um relativo abandono da política de sustentação dos preços externos. Já agora, seus efeitos sobre as vendas seriam duvidosos. Adotada antes, no momento em que o Brasil era virtualmente o único produtor com grandes quantidades de café para vender, poderia ter tido um impacto favorável sobre a arrecadação de divisas, ao mesmo tempo em que elevaria a renda do produtor nacional.

3) *Venda de parte dos estoques do IBC, avaliados em 6,5 milhões de sacas:* Essa iniciativa permitiria ao Brasil vender mais café, sem prejuízo aparente da política de sustentação de preços. Possibilitaria, ainda, ao Instituto, auferir recursos para financiar a compra de café aos novos preços mínimos.

4) *Volta à política de descontos especiais:* Acredita-se, no mercado, que a re-adoção da sistemática de descontos especiais é iminente. No entanto, esta medida também consistiria em abandono da política de sustentação de preços. Por outro lado, se adotada em bases definidas e claras, poderá servir não só para estimular momentâneamente as exportações brasileiras, mas também para facilitar a reconquista de mercados perdidos. Afinal, a Colômbia conseguiu resultados bastante satisfatórios através da concessão de prêmios especiais aos importadores que se dispusessem a aumentar a participação do café colombiano na composição de seus *"blends"*.

Tudo indica que a adoção de uma dessas alternativas, ou de alguma composição entre elas, é absolutamente necessária a fim de dinamizar as vendas externas e, quanto mais cedo for adotada, melhor. A menos, é claro, que se pretenda esperar o próximo ano para redefinir a participação brasileira no Grupo de Bogotá, ou que se aposte na coesão dos países componentes do Grupo, no seu objetivo de valorizar o café. Nesta última hipótese, seria conveniente que o Brasil obtivesse, junto aos países membros, o adiamento, por um mês, digamos, das vendas de café da nova safra. Esta providência, reafirmaria, diante dos consumidores, a coesão dos países produtores. Ao mesmo tempo, o Brasil teria a oportunidade de comprovar a disposição dos demais países do Grupo de empreenderem uma estratégia séria de sustentação de preços. ✱

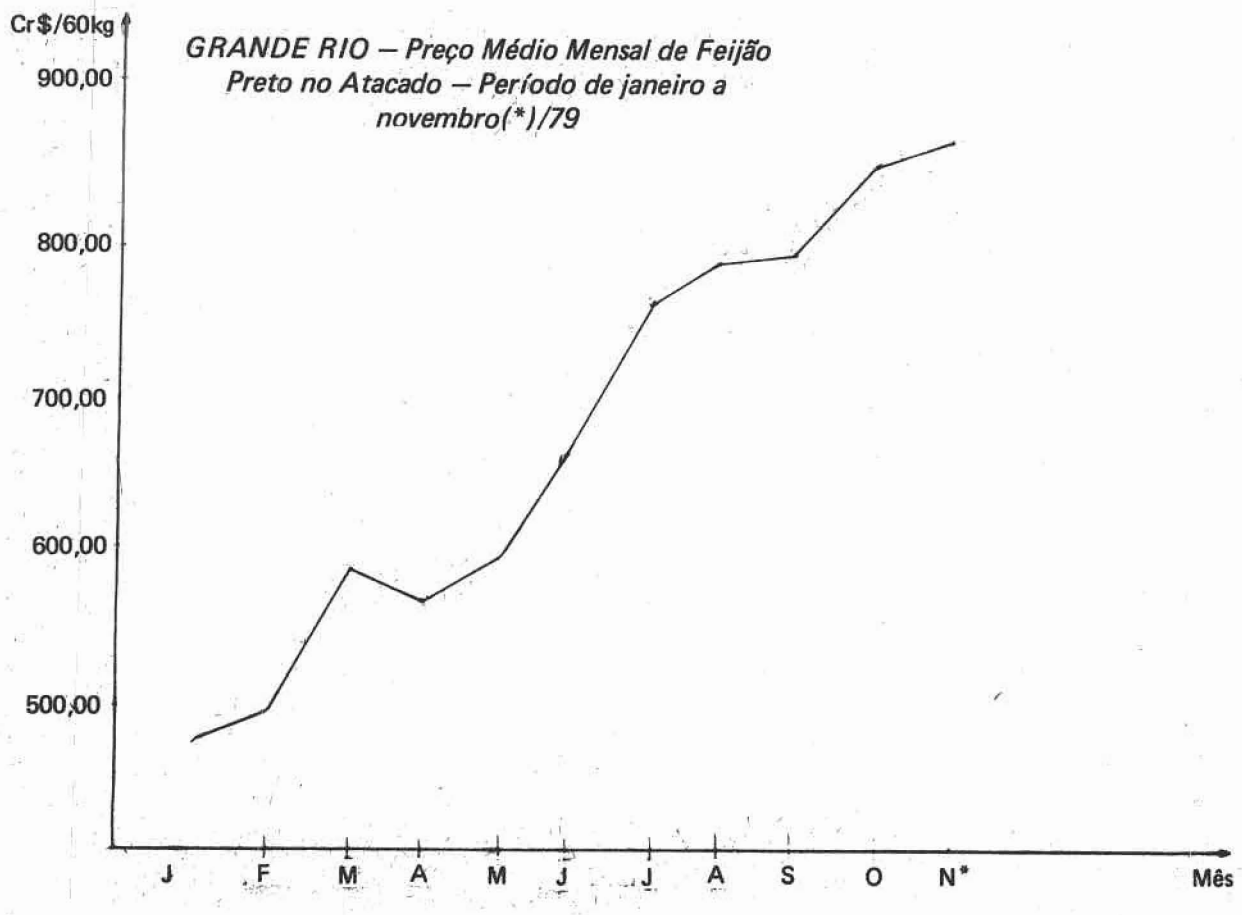
## FEIJÃO

### Abastecimento normal, apesar das quebras

Como se não bastasse o volume bastante reduzido da safra 1978/79 de feijão (em torno de 2,2/2,3 milhões de t), também a atual safra das águas já começa a se ressentir de fatores climáticos que a têm prejudicado bastante na região meridional do país.

A previsão, divulgada pela CFP em outubro, de que a primeira safra de feijão do ano agrícola 1979/80 se situaria em torno de 1,45 milhão de t (26% a mais do que a da safra das águas 1978/79) desatualizou-se rapidamente, em função das quebras na produção da leguminosa nos principais estados produtores.

**GRÁFICO 1**




*GRANDE RIO – Preço Médio Mensal de Feijão Preto no Atacado – Período de janeiro a novembro(*)/79*

* 1ª quinzena.
Fontes: Janeiro a setembro: EMBRATER/SNIR e CFP
Outubro e novembro: Bolsa Gen. Alim. R.J.

Assim, revisões para baixo dos números vêm sendo feitas nas regiões que mais produzem feijão preto. Daí a inquietação de que a oferta deste tipo de feijão, no Grande Rio, mantenha-se abaixo das reais necessidades dos consumidores.

Considerando-se que é de 45% a participação do feijão preto na primeira safra do Paraná (maior produtor nacional da safra das águas) torna-se bastante inquietante a notícia de que, com apenas 20% da safra colhida, o estado já acuse quebra de 17% em sua produção, frente aos números inicialmente esperados. Assim, a produção esperada de 628 mil t deverá restringir-se a 522 mil t. Particularmente a região Sudoeste do Paraná (maior produtora estadual de feijão preto) já acusa, no momento, quebra em torno de 50%, em conseqüência das chuvas intensas e problemas fitossanitários da cultura.

O Rio Grande do Sul, que expandiu em 12% a área cultivada com o feijão das águas em relação à safra anterior, deverá registrar quebra de 32% em sua produção, por razões idênticas às do Paraná. Desta maneira, a previsão atual é de que o rendimento médio daquele estado não ultrapasse 530 kg/ha, gerando uma oferta em torno de 85 mil t (23% a menos do que na safra das águas 1978/79). Assim, o aumento da área plantada deverá ser eclipsado pela diminuição de 28% no rendimento médio do feijão gaúcho. Destaque-se que a quase totalidade da produção feijoeira gaúcha é de feijão preto.

Em Minas Gerais, no entanto, o panorama é mais otimista. Depois de uma perda de 50% da safra das águas 1978/79, devido às chuvas do início do ano, o estado pretende produzir de 130 mil a 135 mil t de feijão das águas, sendo um terço de feijão preto.

Pode-se, assim, esperar que a produção de feijão preto da safra das águas 1979/80 situe-se em torno de 464 mil t, já que corresponde a perto de 40% do montante desta primeira safra (agora reavaliada, extra-oficialmente, para 1,16 milhão de t).

As notícias de quebra da safra, aliadas à pequena oferta de feijão recém-colhido (o pico da safra, na maioria das regiões produtoras, só será alcançado no final de dezembro), têm mantido os preços pagos ao produtor acima do preço mínimo. Este, já desvalorizado em 20% em seu valor real de julho a outubro, não deverá favorecer a formação de estoques oficiais do produto nos níveis esperados pelo governo. Este fato deverá propiciar a especulação com o feijão, à semelhança do ocorrido no mercado atacadista do Grande Rio este ano, como indica o Gráfico 1. Nele, fica claro o aperto na disponibilidade desse tipo de feijão, através do aumento nominal de 44,7% observado na cotação da safra do produto, de maio a outubro.

No entanto, é interessante notar que, embora o corrente ano não se venha caracterizando por larga oferta de feijão preto, tem sido menos problemático do que 1976 e 1978. Prova disto é que a cotação do produto no mercado atacadista carioca, em outubro (mês característico de entressafra) apresentou um aumento real de 10,3%, em relação ao preço vigente em janeiro, enquanto que, no mesmo período de jan/out. de 1976, o aumento real foi de 35,2%, e, no de 1978, de 32,1%.

Por outro lado, tudo indica que, até janeiro próximo, quando se inicia a entrada de feijão novo, o abastecimento de feijão preto no Grande Rio deverá ser normal, tendo em vista o estoque de 9 mil t do produto (repassadas à COBAL), em meados de novembro. ✱

## MILHO

### Estratégias para o abastecimento

O abastecimento interno de milho só deverá apresentar sinais de melhoria com a entrada da safra do Centro-Sul, comercializada já a partir de fevereiro em algumas regiões produtoras de São Paulo e do Paraná, principalmente. Até lá, com os dados disponíveis no momento, as perspectivas são de um gradativo estreitamento do balanço oferta/demanda. A procura pelo cereal continua forte, enquanto os reduzidos estoques internos e as tímidas desovas do milho importado não têm logrado coibir o movimento al-

*BRASIL – Comercialização Interna de Milho Importado: Entrega Imediata e Futura – outubro e novembro de 1979*

| | OUTUBRO (1) | | NOVEMBRO (2) | | Variação Percentual (2/1) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ENTREGA IMEDIATA | (t) | Cr$/60 kg | (t) | Cr$/60 kg | (t) | Cr$/60 kg |
| Rio Grande do Sul | 83.424 | 257,21 | 73.968 | 252,90 | -11,3 | -1,7 |
| Santa Catarina | 59.976 | 227,70 | 56.460 | 255,54 | -5,9 | +12,2 |
| São Paulo | 74.364 | 229,96 | 62.208 | 258,24 | -16,3 | +12,3 |
| Centro-Sul | 258.276 | 237,12 | 230.616 | 254,70 | -11,7 | +7,4 |
| Norte-Nordeste | 31.560 | 227,39 | 28.273 | 246,48 | -10,4 | +8,4 |
| TOTAL | 289.836 | 236,06 | 258.889 | 253,80 | -10,7 | +7,5 |
| ENTREGA FUTURA (TOTAL) | 68.160 | 231,12 | 43.320 | 247,53 | -36,4 | +7,1 |

Fonte: Bolsa de Cereais de São Paulo.

tista dos preços, nem reduzir os óbices enfrentados no suprimento da matéria-prima.

Ao final de setembro, fontes extra-oficiais estimavam um volume de estoques internos entre 1,2 e 1,4 milhão de toneladas, montante este que sofreria sensível redução nos dois meses seguintes. Com efeito, as dificuldades encontradas para a aquisição do produto importado por segmentos consumidores localizados (por exemplo, em Minas Gerais e em alguns estados do Nordeste) constituíram-se em demanda adicional pelo milho de Goiás, cujo volume estocado baixou a 300/400 mil t no início do corrente mês.

Com relação ao milho adquirido nos EUA, evidencia-se um descompasso entre os cronogramas de aquisição e de comercialização interna. O atraso que caracterizou a entrada do país no mercado internacional, associado a alguns problemas no desembarque do produto, levou a uma retração da oferta, possibilitando a elevação dos preços praticados na Bolsa de Cereais de São Paulo. Em novembro, o total de vendas para entrega imediata caiu 11% em comparação com o mês anterior, atingindo 259 mil t. Para entrega futura, a redução foi mais sensível (36%, transacionando-se apenas 43 mil t). Nesse sentido, em que pese o relativo controle administrativo da CFP sobre os preços de Bolsa, estes elevaram-se, em relação a outubro, em 7,5% e 7,1%, respectivamente nos mercados para entrega imediata e futura. A alta, no caso do milho nacional, foi mais acentuada: cerca de 8,7% no período considerado.

A estratégia governamental para amenizar os problemas de abastecimento apontados anteriormente, dependerá, por certo, da maior agilização na distribuição interna do produto norte-americano. Das 1.260 mil t já adquiridas, apenas entre 50 e 55% desembarcaram no país e se acham em processo de interiorização e consumo. No sentido de reduzir o tempo que decorre entre o desembarque do produto e a entrega ao consumo, parece boa medida a comercialização, em Bolsa, de determinadas quantidades de milho para entrega diretamente nos portos. Dessa forma, o processo seria agilizado, ao passo que se poderia evitar, em certo grau, a incidência de um duplo transporte, fonte de ônus para o consumidor final. No combate à alta de preços é preciso, muitas vezes, vencer antes a luta contra o tempo. ❋

## SOJA

### 1980: maior oferta *versus* menor demanda?

No período de comercialização da soja brasileira, a iniciar-se em março de 1980, o mercado internacional deverá apresentar perspectivas pouco animadoras, em termos de preço, para os países exportadores. Isto porque, de acordo com estatísticas divulgadas pelo USDA, a produção mundial de soja deverá crescer 18% em relação à safra anterior. Incremento semelhante, da ordem de 12%, também está previsto para as outras oleaginosas.

Paralelamente, o crescimento da demanda mundial pela soja e por seus subprodutos, principalmente farelo, deverá ser menos acelerado. Tal processo ocorrerá, principalmente, nos países industrializados do Hemisfério Norte, uma vez que as vantagens conseguidas com a alimentação dos rebanhos através de rações de alto teor proteínico vem-se desvanecendo, nos últimos meses. Isto se deve aos aumentos nos custos com combustíveis, que encareceram as próprias rações e outros insumos. Para resolver o problema do excessivo dispêndio com a alimentação altamente calórica, os produtores norte-americanos já anunciaram sua intenção de utilizar forragem de sua própria produção e de reduzir seus rebanhos

**Quadro 1**

*ARGENTINA – Produção e exportação de soja*
*1974/75-1979/80*

| | A PRODUÇÃO (1.000 t) | B EXPORTAÇÃO (1.000 t) | B/A (%) |
|---|---|---|---|
| 1974/75 | 485 | 76 | 16 |
| 1975/76 | 695 | 77 | 11 |
| 1976/77 | 1.400 | 623 | 45 |
| 1977/78 | 2.700 | 1.976 | 73 |
| 1978/79 | 3.800 | 2.795 | 74 |
| 1979/80* | 4.500 | | |

FONTE: USDA.
* Estimativa.

de aves e suínos, ainda bastante numerosos.

Ainda de acordo com o USDA, as exportações do complexo soja dos EUA, no período 1979/80, deverão comportar-se da seguinte forma: a quantidade exportada de grãos será 10% superior à da temporada de 1978/79, enquanto que a de farelo será 6% maior. Somente em relação ao óleo é que as vendas deverão diminuir,em 4%.

Observando-se o volume das exportações norte-americanas de grãos em 1978/79, conclui-se que os EUA pretendem aumentar em 2 milhões de t a sua quota de participação no mercado mundial, prenunciando acirramento provável da concorrência entre os três principais países exportadores: EUA, Argentina e Brasil.

A Argentina vem apresentando grandes incrementos na produção da oleaginosa, a partir de 1975. O processo de expansão da produção de soja na Argentina (ver Quadro 1), se deve a uma combinação de fatores internos e fatores externos àquele país. Dentre eles podemos citar: a) o estímulo de mercado, com os preços das oleaginosas mais atrativos do que os de outros grãos; b) o aumento da capacidade interna de industrialização no Brasil, que passou a diminuir suas quantidades exportadas de soja em grão para transformar-se em grande exportador de seus subprodutos – farelo e óleo; c) no plano interno, a possibilidade de rotação da soja com o trigo. Na Argentina, as áreas de plantio de trigo são bastante férteis e a rotação com a soja tem resultado numa produtividade que beira os 2.200 kg/ha, superior à média obtida nos EUA.

De acordo com o quadro abaixo, verifica-se, também, que a participação das exportações de soja em grão no total da produção da oleaginosa daquele país tem crescido continuamente, ultrapassando a casa dos 70% nas duas últimas safras.

Para a Argentina pretender manter o percentual alcançado nos últimos dois anos, suas exportações em 1980 deverão crescer em aproximadamente 500 mil t, isto é, 18% a mais do que a quantidade exportada na safra 1978/79.

Quanto ao Brasil, sua presença no mercado internacional do grão tem diminuído consideravelmente. Nas duas últimas estações, as exportações brasileiras de soja *"in natura"* situaram-se em torno de 650 mil t cujo destino, em sua maior parte, tem sido a CEE e a URSS. Como esses dois centros consumidores dispõem de seus próprios parques de esmagamento, torna-se recomendável a permanência do Brasil no mercado de grãos, pelas dificuldades em compensar essa perda com um aumento das exportações de farelo e de óleo, para aqueles compradores.

Na nova temporada comercial, portanto, a manutenção da participação atual no mercado dependerá de uma agressividade maior nas vendas externas, sob pena de serem perdidos os clientes.

Nas duas últimas temporadas, a relação entre o preço do grão e o preço dos derivados produzidos pela mesma quantidade de grãos, isto é, o *"ratio"* da soja e de seus subprodutos,foi favorável à exportação do grão, o que nos leva a concluir que o valor agregado do produto processado no país não tem sido remunerado convenientemente.

No entanto, as perspectivas para 1980/81 não sugerem que tal fato venha a se repetir, em função da intensa competição que se delineia. Segundo o USDA, a relação dos preços da soja em grão com o de seus derivados deverá favorecer ligeiramente estes últimos. Em princípio, tal perspectiva não chega a constituir fator determinante para que se opte pelo abandono da exportação de grãos, uma vez que a exportação dos derivados nacionais implica custos sociais (isenção e crédito de ICM e IPI e redução do IR) que não devem ser desprezados,pois contribuem para ampliar a vantagem das vendas externas do grão vis-à-vis os dois subprodutos. ✱

# Panorama Agropecuário

**DE 22/11 A 5/12**

## PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

**GUIA DE LEITURA**
**Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:**
**1º – Posição da última quinzena**
**2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)**
**3º – Comportamento dos futuros**
**4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.**

| PREÇO / PRODUTO | Posição real* um ano antes | Posição nominal um mês antes | Posição da última quinzena | Posição Nominal de Futuros 80 Fev · 80 Abr · 80 Jun · 80 Ago · 80 Out · 80 Dez · 81 Fev | Perspectivas dos próximos 30 dias | Fatores Ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **AÇÚCAR** RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters. | -45% | -19% | 15,81 (jan) | +3% · 0% | ↗ | Mercado reage à aprovação do AIA pelo senado norte-americano mantendo tendência altista. |
| **ALGODÃO** 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fonte: Reuters. | +10% | -1% | 64,91 | +2% · +11% | → | – Lentidão nas compras internas norte-americanas eleva estoques certificados. – Escassez dos tipos mais procurados no Texas. |
| **CACAU** BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters. | +45% | 0% | 132,07 (dez) | +6% · +11% | → | Estocagem de 100 mil t na Costa do Marfim. |
| **CAFÉ** SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fonte: Reuters. | -28% | -2% | 217,52 (dez) | -7% · -16% | ↘ | Brasil oferece descontos sobre os preços de registro. |

*** Valores deflacionados pelo IPA norte–americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI.**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

| PREÇO / PRODUTO | Posição real* um ano antes | Posição nominal um mês antes | Posição da última quinzena | Posição Nominal de Futuros 80 Fev | 80 Abr | 80 Jun | 80 Ago | 80 Out | 80 Dez | 81 Fev | Perspectivas dos próximos 30 dias | Fatores Ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **MILHO** TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters. | -7% | +3% | 259,42 | +5% | | | | +21% | | | ↗ | – Colheita da URSS apresentou resultados 58 milhões de t inferior ao do ano passado. – USDA prevê aumento na demanda internacional. |
| **SOJA - GRÃO** ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters. | +10% | 0% | 647,19 | +5% | | | | +16% | | | ↗ | Valorização do ouro e demais metais preciosos aumenta a demanda por commodities. |
| **SOJA** FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fonte: Reuters. | -1% | -5% | 191,31 | +2% | | | | +8% | | | ↗ | Segundo o "Oil World" há expectativa de aumentos substanciais nas compras soviéticas, em 1979/80. |
| **TRIGO** SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fonte: Reuters. | -5% | +3% | 415,61 | +3% | | | | +15% | | | → | Acirrada concorrência entre os países exportadores. Ao mesmo tempo, segundo o IWC, o comércio internacional do grão deverá aumentar em 7% em relação ao período anterior (1978/79). |

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI.

## PREÇOS NO MERCADO INTERNO

**GUIA DE LEITURA**
**Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:**
**1º – Posição da última quinzena**
**2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)**
**3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.**

| PREÇO / PRODUTO | Posição real* um ano antes | Posição real * um mês antes | Posição da última quinzena | Perspectivas dos próximos 30 dias | Fatores Ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|
| **ALGODÃO** Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP | +8% | +3% | 655,70 | → | – Indústrias supridas suficientemente até a entrada da próxima safra. – Estoques não deverão influir sobre as cotações. |
| **ARROZ** Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP | -25% | -13% | 1.142,50 | → | Arroz importado vem complementando a disponibilidade interna. |
| **CAFÉ** Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ | +6% | +5% | 2.855,00 | → | Decisão do IBC de comprar café 7/8 a preços elevados ainda influi. |
| **BOI GORDO** – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP | -20% | -1% | 1.060,00 | ↗ | Maior demanda no fim de ano influenciará as cotações. |

* **Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**



Agroanalysis 3(11): 30-38, dezembro 1979

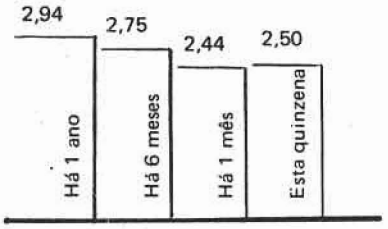
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

| PREÇO / PRODUTO | Posição real* um ano antes | Posição real* um mês antes | Posição da última quinzena | Perspectivas dos próximos 30 dias | Fatores Ponderáveis |
|---|---|---|---|---|---|
| **FEIJÃO**<br>Preto Comum<br>MERC. – SP<br>Cr$/sc. 60 kg<br>Fonte: Bolsa de Cereais de SP | +45% | +5% | 725,00 | → | Quebras ocorridas na safra das águas são compensadas pela entrada do produto novo. |
| **FRANGO**<br>Vivo<br>MERC. – SP<br>Cr$/kg<br>Fonte: APA | +16% | +8% | 26,00 | ↗ | Demanda sazonal provocará elevação dos preços. |
| **MILHO**<br>Amarelo Semi-duro<br>MERC. – SP<br>Cr$/60 kg<br>Fonte: Bolsa de Cereais de SP | -27% | -8% | 291,50 | ↗ | – Problemas no desembarque do cereal importado reduzem a oferta na Bolsa.<br>– Oferta reduzida do produto nacional. |
| **SOJA-GRÃO**<br>Industrial<br>MERC. – SP<br>Cr$/60 kg<br>Fonte: Bolsa de Cereais de SP | -5% | +8% | 490,00 | → | Mercado praticamente paralisado, em razão das vultosas aquisições efetuadas pelo setor industrial. |

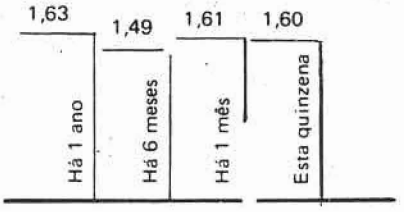
* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

## MERCADO EXTERNO

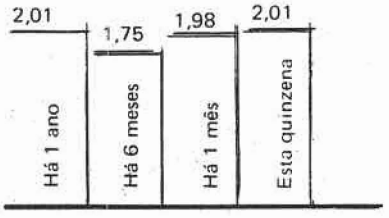
**Soja / Milho**



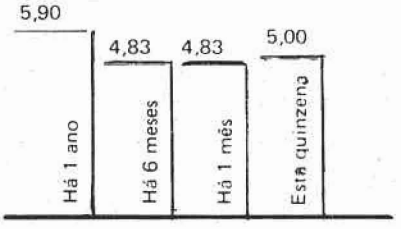

**Trigo / Milho**




**Algodão / Soja**




**Algodão / Milho**




**FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.**

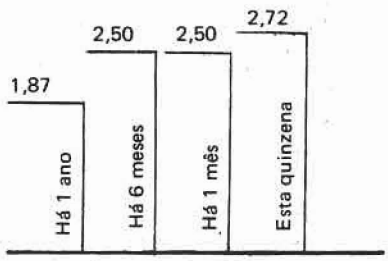
NOTA: A relação de preços soja/milho apresenta, esta quinzena, um aumento de 2,5% em comparação ao nível de há 1 mês atrás. Nesse período, o mercado da soja revela uma singular estabilidade de preços. A influência baixista decorrente do término da colheita norte-americana (recorde de 60,8 milhões de t) foi contrabalançada pela movimentação do mercado de metais e pela queda do dólar, influenciados pelo aguçamento da crise Irã-EUA. Por outro lado, os preços do complexo soja reagiram favoravelmente às últimas estimativas do USDA, que revelam a possibilidade de um crescimento acentuado das exportações de grãos e farelos, pelos EUA, durante a temporada 79/80. *** Já os preços do milho, caíram 2,5% relativamente há 1 mês atrás. A última estimativa da produção norte-americana representa incrementos de 2,7% e 7,1%, respectivamente, sobre a avaliação de safra do mês de outubro próximo passado e sobre o volume colhido em 1978. Em que pesem as previsões de significativos aumentos na exportação e no consumo interno dos EUA, a pressão de oferta motivada pela super safra daquele país constituiu-se no fator primordial para a quebra dos preços na Bolsa de Chicago, no período considerado. Dessa forma, o preço relativo algodão/milho atingiu o nível 5,00, traduzindo um incremento de 3,5% sobre a posição de há 1 mês atrás. *** Por sua vez, o preço relativo trigo/milho caiu em 0,6%, esta quinzena, em relação à posição de 1 mês antes. Esta queda decorre de uma queda mais acentuada dos preços do trigo (3,1%). Neste mercado, assiste-se a um acirramento da competição internacional entre grandes vendedores, como os EUA, o Canadá e a Austrália – este país, firmou, recentemente, um acordo de vendas de grandes quantidades do produto ao Irã. O pano de fundo da conjuntura internacional é a estimativa de um crescimento de 6-7% no comércio mundial, razão da maior disputa entre os países vendedores. *** Nos EUA, um crescimento da procura pela fibra de melhor qualidade (originária do Texas), associado à continuidade das compras chinesas, vêm garantindo ligeiros aumentos nas cotações do algodão, na Bolsa de Nova Iorque. Esse comportamento dos preços ocorre mesmo com uma colheita norte-americana estimada em 14,5 milhões de fardos, 33% superior ao montante colhido no ano passado. Com a referida estabilidade do mercado da leguminosa, o preço relativo algodão/soja elevou-se em 1,5%, esta quinzena comparativamente ao nível de há 1 mês antes. A relação atual é idêntica à de 1 ano atrás.



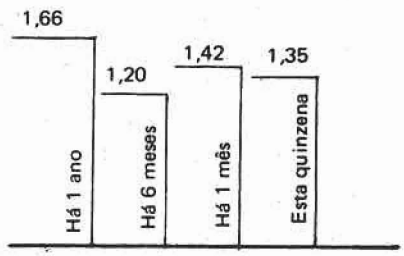
Agroanalysis 3(11): 30-35,
dezembro 1979

## MERCADO INTERNO

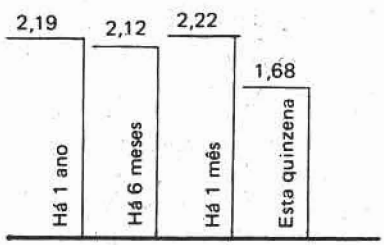
**Boi Gordo**
**Frango Vivo**



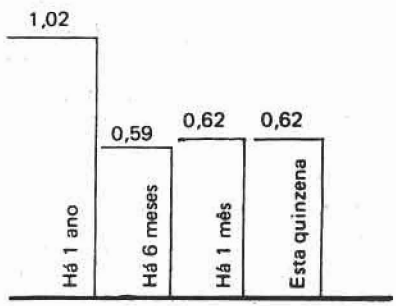

**Frango Vivo**
**Ração Ave Corte**




**Soja**
**Milho**




**Feijão Preto**
**Feijão a Cores**




**FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.**

* * * A relação de preços boi gordo/frango vivo apresenta, esta quinzena, um expressivo aumento de 8,9% em comparação ao nível de há 1 mês atrás. Chuvas insuficientes durante o mês de outubro atrasaram a recuperação das pastagens em importantes regiões produtoras, reduzindo a oferta de bovinos com peso ótimo de abate. Nesse sentido, a arroba do boi gordo atingiu a média de Cr$ 1.060,00 revelando um crescimento de 103,8% em relação à cotação vigente há 1 ano atrás. No mercado avícola, os preços do frango vivo registraram uma queda de 2,5%, relativamente há 1 mês atrás, decorrente de uma elevação mais acentuada da oferta em relação à demanda normal dessa época. * * * A referida baixa no preço das aves, conjugada ao aumento de 2,5% verificado no preço da ração no período considerado, vêm incorrendo em significativa pressão sobre a lucratividade da exploração avícola. O preço relativo frango vivo/ração para ave de corte atual é inferior em 4,9% e 18,7%, respectivamente, às posições de 1 mês e 1 ano antes. * * * A inexistência de um volume apreciável de soja disponível às indústrias, responde pelas poucas transações que se têm verificado neste mercado ultimamente. Assim, às indústrias de processamento restou a opção de adequar o seu suprimento mediante o ingresso no mercado externo (o país já importou aproximadamente 200 mil t do grão e 100 mil t de óleo). Com a saída dos compradores da Bolsa, o preço da soja experimentou, esta quinzena, uma queda de 2,4%, comparativamente à posição de 1 mês atrás. Nesse período, os preços do milho ingressaram numa trajetória ascendente (+29,2%), à medida em que os estoques do produto nacional vêm-se reduzindo sensivelmente. O preço relativo soja/milho atual revela uma baixa de 24,3% em relação ao nível de há 1 mês. * * * Permanece inalterado, esta quinzena, o preço relativo feijão preto/feijão a cores, em comparação ao posicionamento de 1 mês atrás. Nesse período, não obstante a quebra da safra das águas (principalmente no Paraná), os preços de ambos os produtos mantiveram-se estáveis nos pregões da Bolsa de Cereais de São Paulo.